

4

O homem-narrativa: vozes em conciliação. Vozes em enfrentamento

4.1 Voz e conciliação política

Pedro Ernesto, interventor no Distrito Federal no pós-30, aperfeiçoara sua imagem popular de médico bondoso e voltado para o atendimento aos pobres com o uso do rádio e de jornais de grande tiragem. Em sua campanha para a prefeitura de 1934 e no exercício deste cargo, tornou-se um dos primeiros exemplos de político carismático preocupado com as condições de vida e com os interesses da população urbana, e em especial dos trabalhadores.

O prefeito foi nesse sentido um dos pioneiros no uso político do rádio. E também um dos pioneiros a partilhar dos novos “sentidos” ligados à nova identidade trabalhista que se forjou no início dos anos 1930 e que se tornou projeto único e unificado no Estado Novo.

Lia Calabre nos remete à importância do rádio como instrumento da comunicação:

O rádio foi o primeiro meio de comunicação a falar individualmente com as pessoas, cada ouvinte era tocado de forma particular por mensagens que eram recebidas simultaneamente por milhões de pessoas. O novo meio de comunicação revolucionou a relação cotidiana do indivíduo com a notícia, imprimindo uma nova velocidade e significação aos acontecimentos. Ao partilharem das mesmas fontes de notícias, os indivíduos se sentiam mais integrados, possuíam um repertório de questões comuns a serem discutidas¹.

¹ Lia Calabre, A Era do Rádio, p.9.

O rádio possibilitava a forjadura de uma identidade coletiva numa sociedade que alguns pensadores da época chamavam de “sociedade de massas”.²

O uso do rádio na década de 1920, no entanto, se restringia a finalidades estritamente culturais e educativas. E como toda novidade o setor de radiodifusão era, neste momento, uma área de incertezas, investimento caro e retorno ainda duvidoso, já que o retorno publicitário do mesmo ainda era questionado. Em 1924 o governo limitou no decreto n.16.657 (5.11.1924), o uso político do rádio, ficando expressamente proibida a propagação de notícias internas de caráter político sem a prévia permissão governamental.

Os anos 1930 trouxeram de vez a possibilidade do uso do rádio como instrumento político. Pedro Ernesto fazia uso da rádio Cajuti para transmitir seus discursos e para detalhar os trabalhos executados pela sua administração. Há aqui uma possibilidade única: fazer a “voz política” acessar diversas camadas de uma complexa sociedade. As pessoas não precisavam ir aos comícios para escutar a “voz política”. As possibilidades de acesso e interatividade se multiplicam. Era o retorno à oralidade da voz política possibilitada pelo advento da tecnologia do rádio. A “Ágora” da tradição ocidental é remodelada pelo uso da nova tecnologia.

Muitos pensadores da época perceberam as novas possibilidades do uso dessa ferramenta tecnológica. Curiosamente a definição mais enfática do uso do rádio na política vem de um ‘elitista’, Schumpeter.³ Vejamos:

[...] os ouvintes de rádio mesmo que não estejam reunidos fisicamente, têm uma terrível facilidade de se transformarem em multidão psicológica e de alcançarem um estado de frenesi em que qualquer tentativa de se desenvolver uma argumentação racional apenas espicaça instintos animais.

Essa declaração demonstra a tentativa de entender o fenômeno da radiodifusão e também a tentativa de fazer uso dos atributos políticos do rádio, mesmo que venhamos hoje a condenar a interpretação que o autor nos sugere sobre um suposto comportamento irracional dos agentes envolvidos. Hoje compreendemos que o que o autor chama de “terrível facilidade de se transformarem em multidão psicológica” significa forjaduras

² Principalmente os pensadores elitistas.

³ Joseph Schumpeter, *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, p.322.

identitárias e até mesmo partilhas do sensível concernente a sua época.⁴ Percebemos assim os vínculos indissolúveis entre a arte da radiodifusão e a política.

Analisaremos as nossas fontes seguindo a sugestão de Paul Zumthor, buscando “ouvir a voz que pronunciou nossos textos”, e para isso “basta que nos situemos no lugar em que seu eco possa talvez ainda vibrar: captar uma performance, no instante e na perspectiva em que ela importa, mais como ação do que ela possibilita comunicar”. O autor também nos lembra que os lingüistas têm insistido que a “enunciação tende naturalmente a ultrapassar o enunciador e o enunciado”. Uma fonte sonora exige-nos o entendimento da “fala” e “expressão” conjuntamente.⁵

Os textos nos são perfeitamente legíveis; a obra – que foi comunicada com seus ritmos e sonoridades – foi na conjuntura estudada audível, compartilhando possibilidades semânticas próprias às conjunturas. De um texto a voz de Pedro Ernesto extraía a obra a ser anunciada, porém a “voz” dá à obra a possibilidade de indicar-nos as partes mais “motivadoras” do texto envolta em silêncios, suspiros, entonações que a tornam significantes em sua singularidade.

Não podemos nos remeter à “voz” renunciando às “simbolizações abstratas e às taxionomias, porque toda palavra pronunciada constitui, enquanto produto vocal, um signo global e único, tão abolido quando percebido”. Portanto, o que faremos daqui para frente é analisarmos as “vozes das fontes” tendo como referencial as próprias subjetividades de seu contexto.

O discurso de posse, proferido à sacada da Câmara Municipal por Pedro Ernesto e propagado pela Rádio Cajuti será a primeira fonte dessa natureza aqui analisada:

Grande já vai se tornando o nosso poder de construir a sociedade pela ciência e pela técnica, por conseguinte de eliminar do seu seio a miséria, a pobreza, os aspectos degradantes da inferioridade social. Nada disso pode ser mais recebido e aceito como imposição do destino [...] promoverei, por todos os meios possíveis, a implantação dos seguintes princípios diretores de política e de governo [...] a socialização progressiva dos serviços que interessem ao bem coletivo do povo, de acordo com as conclusões a que foram

⁴ Jacques Ranciere, *A partilha do sensível*.

⁵ Paul, Zumthor, *A Letra e a voz*.

chegando os órgãos técnicos competentes; o melhoramento das condições para assegurar a todos uma organização sadia da família [...] E garantirei no meu governo, [...] a defesa e o melhoramento da saúde.

O discurso fala em “técnica”. As vozes políticas dos anos 1930 enfatizam demais essa crença na possibilidade de manipulação do espaço de experiência em prol de uma certeza futura. Percebemos o que Weber chama de um *ethos* de realização secular impessoal alicerçado na crescente importância do conhecimento técnico especializado em economia, administração e educação. O desenvolvimento dos meios tecnicamente racionais de controle sobre a sociedade e a natureza supostamente possibilitariam o que Pedro Ernesto chama de “bem coletivo do povo”.

A sociedade também é vista como um “grande jardim”, onde se pode plantar as “boas plantas do progresso” e extirpar as “ervas daninhas do atraso”. O discurso se mostra legítimo do espírito moderno, daquela ânsia de auxiliar e apressar o progresso da humanidade rumo à perfeição – ou busca da mesma – que foi por toda parte a mais eminente marca dos anos 1930 – daquela visão “otimista” que o progresso científico e industrial removiam em princípio todas as restrições sobre a possível aplicação do planejamento, da educação e da reforma social na vida cotidiana, enfim, daquela crença de que os problemas sociais podem ser finalmente resolvidos. Resolver os problemas sociais e “curar” - para usar uma palavra já famosa por sua designação na área religiosa e médica – o Homem. Fazer o “homem novo”.

O “homem novo” não se deixa levar pelo “destino”. Ele faz o futuro. E Pedro Ernesto assume para si esse “protagonista” dos novos tempos quando afirma: “Nada disso pode ser mais recebido e aceito como imposição do destino (...) promoverei”. Reparemos que ele faz a conjugação do verbo, o uso da voz, na primeira pessoa do singular: “promoverei”. Ele toma para si a iniciativa de construção da sociedade futura. Nessa parte do discurso há uma entonação diferente. A voz indica certeza, vontade e ação para construir o futuro narrado. A entonação elimina qualquer possibilidade de ambivalência, do “desvio do significado pretendido”, não há lugar para o “meio termo”. O discurso é geométrico e a geometria mostra como seria o mundo se tivessem utilizado os homens do passado o poder

de construir a sociedade com o auxílio da ciência e da técnica. Trata-se de um discurso orientador do futuro, modernamente pedagógico.

Tanto o desenvolvimento como o ponto de partida da argumentação pressupõem acordo dos ouvintes. A argumentação versa sobre o que é presumidamente partilhado pelos ouvintes. São arranjos que objetivam “ganhar” os ouvidos e posteriormente a alma. Pedro Ernesto fala para o “auditório dos homens da década de 1930”. Esse auditório anseia ouvir as suas verdades, unificadas na sua voz. São os seus “fatos”, “as suas verdades” – a respeito de certos valores, arranjos de idéias e dados. As “verdades” aparecem na maneira de se “narrar” os novos tempos. Narrativas complexas, que ligam os fatos e na maioria dos casos transcendem a experiência.

O discurso produz um padrão de normalidade. As presunções estão de acordo com o que aqui chamamos “idéias de média”. O estabelecimento da média, da “normalidade” dependerá sempre da aprovação do grupo para a qual a mesma se destina. É através das idéias defendidas que se forjará ou não o “acordo” entre voz e ouvintes. Segundo Perelman e Tyteca:

Estar de acordo acerca de um valor é admitir que um objeto, um ser ou um ideal deve exercer sobre a ação e as disposições à ação uma influência determinada, que se pode alegar numa argumentação, sem se considerar, porém, que esse ponto de vista se impõe a todos.

Isso é típico da moral moderna ocidental onde se presume observância de regras válidas para todos e em todas as circunstâncias. Para que sejam cumpridos os ideais da sociedade moderna Pedro Ernesto ambiciona a construção de um futuro apoiado pelo conhecimento dos técnicos. No discurso há a tentativa de se produzir um consenso na figura do técnico. Seus saberes tornarão possível o direcionamento político da nação.

A família é apresentada como um “valor concreto”. O discurso diz que tudo se fará no intuito de “assegurar a todos uma organização sadia da família”. Há o intuito de “conservar” o que de melhor existe – em menor perspectiva, a família – para a construção harmônica do seu arquétipo maior: a nação. O discurso apresenta objetivos bem hierarquizados: assegurar o bem do indivíduo, pra que se assegura o bem maior da família e para que se efetive o progresso da nação. O nosso “auditório-sociedade” é menos caracterizado pelos valores dispersos que atribui a si mesmo do que pelo modo que os

organiza. Neste sentido temos um exemplo no discurso de Pedro Ernesto do construtor de “unidades narrativas” que dão sentido ao presente e projetam esperanças ao futuro. A segurança que o discurso proporciona ao ouvinte está na forma em que é hierarquizado, apresentando “valores aceitos” e designando aquilo que deve ser também sacrificado para o estabelecimento do “acordo”.

Cabe mencionar que esses “valores” organizados sistematicamente no discurso apresentam o que chamamos comumente de “lugares comuns”. A “família” é apresentada como um desses lugares. Locais que se apresentam como “depósitos de argumentos” que devem ser facilmente acionados quando necessário. É Vico quem nos chama atenção para a importância da existência desses “lugares oratórios”.⁶ Esses *locus* apresentam valores argumentativos importantes na tentativa de estabelecimento de acordos. São arsenais indispensáveis para quem pretende persuadir. E atuar no mundo político exige entendimento dos mecanismos de persuasão.

A linguagem usada também busca forjar uma relação de identidade para com o auditório. Neste sentido podemos caracterizar o tempo estudado não só pelos seus valores e por suas preferências, mas também pela intensidade identitária. Intensidade de adesão ao discurso. Adesão à voz política. Mostramos aqui esses “lugares” de ordem geral que permitiram ao seu tempo fundar valores forjadores e mantenedores de identidades.

Os ouvintes estavam “distantes” e “próximos” a Pedro Ernesto. E o “próximo” não se refere apenas ao alcance tecnológico do rádio. A carta de Odilon Batista a seu pai nos demonstra algo bem curioso: “Papai, fiquei muito feliz ao ver que o povo está contigo, acompanhando-te no auditório da Rádio Cajuti”.

Tem sido bastante comentado pela bibliografia existente que a Rádio Nacional atraía muitas pessoas para seus auditórios: pessoas interessadas em materializar as vozes que as conquistavam. O Rádio tinha a capacidade de gerar esse ambíguo sentimento de proximidade e distância. As vozes geravam a curiosidade do alheio moderno. E não foi diferente com Pedro Ernesto, o prefeito que usava sua voz para chegar à população. Os auditórios da rádio Cajuti representavam essa possibilidade de encontro. Do encontro do abstrato da voz com o palpável do corpo.

⁶ Quintiliano, vol. I, liv.III, cap. VIII; vol. IV, liv. XII, cap.I.

Em entrevista dada ao *Correio da Manhã*, em 16/05/1935, sobre o novo programa de seu governo e do Partido Autonomista, Pedro Ernesto explicita logo no início da entrevista que as únicas possíveis ‘leituras’ sobre o programa do Partido Autonomista são seus próprios discursos, um concedido “por inauguração da União Trabalhista do Distrito Federal” e outro “por ocasião de sua posse como prefeito”. A voz política dos discursos torna-se orientação partidária. Pedro Ernesto ainda afirma seus “objetivos [acerca] de uma nova política brasileira”, acabando por resumir o programa partidário em 10 itens:⁷

- 1- A liberdade, com responsabilidade, de crença, de palavra, de imprensa;
- 2- O apoio a qualquer governo honesto, competente e renovador, defendendo-o contra toda e qualquer pressão legal ou ilegal, de interesses de indivíduos ou de grupos;
- 3- A manutenção da tranqüilidade colectiva pela proibição de uso privado de armas;
- 4- A socialização progressiva dos serviços que interessarem ao bem colectivo do povo, de acordo com as conclusões a que forem chegando os órgãos technos competentes;
- 5- O melhoramento das condições para assegurar a todos uma organização sadia de família;
- 6- A formação, pelo conhecimento de nossas condições de uma vigorosa consciência brasileira;
- 7- Um padrão mínimo de ação para todos;
- 8- Um mínimo de informação imparcial e tanto quanto possível científico sobre a vida humana e os problemas da humanidade, especialmente no Brasil;
- 9- Defesa e melhoramento da saúde;
- 10- Os direitos sociais elementares do homem, como os de subsistência, trabalho e conforto gradativo.⁸

Os itens acima enumeram questões recorrentes a década de 1930. Cabe lembrar que em mais de um momento, durante a entrevista, Pedro Ernesto se esquivava de qualquer semelhança de seu programa com os programas comunistas.

No primeiro item Pedro Ernesto pede ‘liberdade’, ‘com responsabilidade’; quando projeta o termo ‘responsabilidade’, cabe lembrar que os ‘tenentes’, aos quais era ligado e inclusive sendo considerado um ‘tenente civil’, eram a favor do continuísmo revolucionário. Verificamos, portanto, que este termo usado indicaria uma forma mais amena de mudança. Ninguém duvidaria do caráter de mudança de suas propostas quando o próprio prefeito indica a formatação de uma ‘nova política brasileira’, porém como político pragmático, não desafiaria o poder central.

⁷ Ver a íntegra da entrevista em PEB, pi 19350516.

⁸ O trecho respeita a grafia original do documento.

Pedro Ernesto expôs os programas de seu partido e de seu governo durante a inauguração da União Trabalhista do Rio de Janeiro, indicando estar ao lado da ‘causa’ dos trabalhadores. O local da exposição das idéias de seu partido evidencia a intenção requerida pelo prefeito ao emitir sua mensagem. A ‘nova ética do trabalho’ estava sendo forjada nesta conjuntura, o que mostra que Pedro Ernesto como liderança, estava atento às questões de seu tempo.

O segundo item é interessante por ressaltar parte de seu *jingle*: honestidade. O governo deveria ser honesto e renovador para merecer apoio do Partido Autonomista. E já enuncia a não aceitação de um governo ditatorial. O terceiro item proíbe o uso privado de armas e indica a típica preocupação elitista, neste caso, de tentar proteger a população de si própria.

O quarto item indica a formação de um ‘conselho techno’ por parte do governo que lidaria diretamente com os problemas da população - pelo ‘bem colectivo do povo’. Sobre isso destacaremos as próprias palavras de Pedro Ernesto:

...Esse conselho techno que desejo compôr com altas figuras representativas de intelligencia e da cultura, no país, deverá estudar e planejar todas as soluções parciais e globaes que o meu governo adoptar. Será um órgão de estudos, de planos e de controle geral da administração. Mantendo, inicialmente, três escriptores especializados (...) para o fim de estabelecer as bases em que possamos melhorar a distribuição de oportunidades de trabalho e o bem estar geral do trabalhador, como a sua alimentação e a sua habitação (...) e finalmente, nos occupar com o problema do desemprego e dos sem trabalho.

A formação de um conselho techno é uma inovação política para o momento, nenhum governo até então teria proposto nada parecido. O fim do trecho acima é revelador, mais uma vez, da proximidade da política do Partido Autonomista para com a questão trabalhista. O ‘problema dos sem trabalho’ maculava a dignidade do trabalhado, voltando a afirmar essa questão no item 10, ressaltando o *trabalho* como um dos ‘direitos sociais elementares’. A presença de especialistas em setores chaves do governo estado-novista é um indicativo do sucesso das propostas anteriores de Pedro Ernesto.

As preocupações com a família, saúde, subsistência e conforto gradativo são todas muito próximas às preocupações da população. Neste sentido essa é a ‘Era dos Mínimos’, no item 7 Pedro Ernesto ressalta um “mínimo de ação para todos”, no item

seguinte, “um mínimo de informação imparcial e tanto quanto possível científico sobre a vida humana”. A preocupação científica é típica desta conjuntura histórica; quaisquer planos para as mais diversas áreas do social eram detalhadamente estudadas, comparadas com reformas internacionais, etc. A educação estaria diretamente relacionada à “formação da consciência brasileira”, assim como a discussão da ‘brasilidade’ estava sendo forjada novamente.

Passaríamos a ser então a ‘nação dos mestiços’, a ‘nação da tolerância racial’, a ‘nação do sincretismo religioso’; esses eram alguns dos atributos da nação, atributos a seu povo laborioso foram forjados com a nova versão do trabalhador, como foi discutido acima. Sobre o projeto de educação vejamos as próprias palavras de Pedro Ernesto: “... objetivamos melhorias relativas a educação popular, a formação de quadros profissionais e technos, as questões de assistência médica, hospitalar e social e defesa da saúde do povo”.

Cabe lembrar que educação e saúde eram questões discutidas indissolúvelmente. Lembramos que esse é o momento em que o modelo de “escola padrão” de Anísio Teixeira ganha espaço nas discussões governamentais; em seus espaços as escolas para além das salas de aula possuíam centros médicos que atenderiam diretamente à população. Novamente lembramos que este era um modelo de escola ideal, porém, essas ‘escolas-padrão’ eram numericamente minoritárias.

Ainda consta na entrevista uma proposta de Reforma Tributária requerida por Pedro Ernesto. A Reforma seria boa por o governo não ter de “tomar outras medidas aconselhadas pela natureza complexa do problema que é de produção e de transporte, de organização de meios adequados para que o consumo dos gêneros não sofra a ação dos múltiplos factores que os encarecem”. Os gêneros, principalmente os alimentícios, eram encarecidos pelas altas taxas tributárias, o que dificultava o acesso da população aos mesmos. Mais uma vez os interesses da população eram colocados em primeiro lugar, estabelecendo uma espécie de “simbiose” entre o governo distrital e o povo que sofria seus efeitos de poder.

Sinteticamente o programa do Partido Autonomista defendia: a instauração de um governo parlamentar com duas câmaras, uma política e legislativa e a outra profissional, eminentemente técnica; a organização do trabalho de maneira a se estabelecer a colaboração entre empregados e empregadores; a criação de sindicatos como órgãos de

representação profissional, defendendo o empregado ou o empregador dentro da legislação vigente; a criação de um tribunal de conciliação para as contendas sindicais previstas em lei; a assistência aos trabalhadores, artistas, intelectuais e cientistas; a colocação da ciência a serviço do Estado e da coletividade, e o estabelecimento da escola única, com ensino primário e obrigatório, e o ensino profissional gratuito. O Partido Autonomista considerava também a família como base da organização social. Todos os elementos apontados acima são fundamentais e atrativos aos agentes históricos de seu tempo.

Em um esforço concentrado de alistamento eleitoral nas favelas e subúrbios, a administração Pedro Ernesto, conseguiu fazer saltar o número de eleitores de 70 mil, na eleição de 1933 para a Constituinte, para 110 mil na eleição municipal de outubro de 1934.⁹ O Partido Autonomista conquistou então 20 das 22 cadeiras da Câmara Municipal. Pedro Ernesto foi o vereador mais votado, com cerca de 42% dos votos válidos, e em seguida foi eleito pelo colegiado de vereadores prefeito constitucional do Distrito Federal. Em sua posse no dia 8 de abril de 1935, discursou da sacada da Câmara para uma multidão que enchia as ruas e manifestava de forma calorosa seu apoio.

No discurso do jornalista Carneiro Ayroso, em 13 de outubro de 1934, à rádio Cajuti, forja-se uma imagem de Pedro Ernesto quase que consensual, consolidando ao interventor uma imagem central e poderosa. Vejamos Pedro Ernesto “narrado” pela voz de “outrem”:

... médico desde cedo, ainda dos bancos acadêmicos, auscultou o sofrimento do pobre, do humilde, do trabalhador.

Na sua carreira crescente nunca o povo esqueceu, e no ápice, quando desfrutava o melhor do seu prestígio, tocado pelos sentimentos mais nobres e puros, arriscando a vida, desprezando o aconchego e a tranquilidade do lar, tudo sacrifica-se a atira-se, furiosamente, em busca da realização do pensamento que o torturava, o socorro público, em seus múltiplos aspectos.

Intuitiva e diretamente conhecedor das misérias da massa, assenhoreando-se do poder, atacou de pronto, com programa, com serenidade os grandes problemas sociais.

Não irei repetir, agora, a obra de Pedro Ernesto já tão conhecida de todos.

Basta mesmo um passeio pela cidade para compreender o seu alcance, quando se edificaram os grandes e modelares hospitais, escolas, albergues e policlínicas, muito já entregues à frequência pública e os demais quase em vias de conclusão, num lapso de tempo relativamente curto.

Vale salientar esta orientação de seu programa pelo contraste que oferece com as administrações anteriores. O Rio, uma cidade de cerca de 2 milhões de habitantes, com

⁹ Dados recolhidos nos arquivos da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

raros e deficientes hospitais e com pessimas escolas, mas o que é mais, em flagrante desafio com as ricas avenidas que o bordeiam, asfaltadas, para os magnatas desfrutarem em seus ricos automóveis, enquanto o proletário, esquecido e explorado, mal se lhe oferecem imundos trens não sem grandes riscos pela deficiência de todo genero.

As leis de amparo aos trabalhadores humildes, e às suas famílias nos vários aspectos, e foram tantas outras realizações do eminente governador da cidade.

Mas, não é tudo, Pedro Ernesto traz em si e vinculado ao partido que fundou o delineamento de uma obra muito maior.

É preciso ajudar a este homem, com H maiúsculo, a levar à frente a sua obra. Esta responsabilidade, aliás, nem sempre bem compreendida, cabe a nós eleitores que teremos de escolher o dirigente.

As lutas e as dificuldades dos problemas, dada a natureza capitalista da sociedade, exigem homens da tempera de Pedro Ernesto.

Votar em seu nome e no de seu partido é defendermo-nos a nós mesmos; fujamos dos falsos protetores que exploram, com cantos de sereia a credulidade popular, transformando a oposição em armas pessoais sem qualquer utilidade pública.

O Partido Autonomista orientado e vivificado por Pedro Ernesto oferece as garantias das cousas sólidas.

Amparemo-nos votando em Pedro Ernesto e no Partido Autonomista¹⁰.

As narrativas que se repetem, as expressões partilhadas e os comportamentos comuns serão tratados, aqui, como “textos”, no sentido dado por Clifford Geertz. Atencioso aos significados, o estudioso das manifestações políticas pode, por sobre os ombros, daqueles que “escreveram”, “ler” os seus “textos”. “As sociedades, como as vidas”, diz o antropólogo norte-americano, “contêm suas próprias interpretações”. É preciso apenas descobrir o acesso a elas.¹¹ Mas também, e sobretudo, querer ouvi-las.

Não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade.¹² A “imagem” Pedro Ernesto expressava um conjunto de experiências que longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão-somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores e da população em geral. A “imagem” de médico popular sempre foi vinculada com forte conotação política.

¹⁰ Arquivo Pedro Ernesto, PEB c 1934.01.09.

¹¹ Clifford Geertz. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 321.

¹² Essa noção é de Jorge Ferreira, em *Populismo*, onde o autor junto de outros questionadores do conceito, como Ângela de Castro Gomes, dissecam o uso do mesmo. Vejamos o que diz Gomes: “Em primeiro lugar, o populismo é uma política de massas, vale dizer, é um fenômeno vinculado à proletarianização dos trabalhadores na sociedade complexa moderna, sendo indicativo de que tais trabalhadores não adquiriram consciência e sentimento de classe: não estão organizados e participando da política como classe”. (Gomes:1998, 24).

Para aqueles que residiam na cidade do Rio de Janeiro, havia o tempo de “hoje” e o tempo de “antes”, cuja linha simbólica que os separava era 1930. Segundo o discurso do jornalista, o programa de Pedro Ernesto à cidade do Rio de Janeiro contrasta com as administrações anteriores. Pedro Ernesto “salvara o distrito das garras políticas carcomidas evitando a desgraça do povo”. Hospitais e escolas foram entregues a população. Saúde, educação, transporte são substantivos usados na imprensa, qualificando Pedro Ernesto, pelos seus feitos nessas áreas, mas seus significados não colaram apenas na imprensa, os trabalhadores também retribuíram a Pedro Ernesto, como veremos posteriormente.

Cabe ressaltar um dos primeiros confrontos que Pedro Ernesto enfrentaria: “as lutas e as dificuldades dos problemas, dada a natureza capitalista da sociedade, exigem homens da tempera de Pedro Ernesto”. A pergunta de Gomes: “Existiria pior imagem, do que a imagem do comunista, para o Brasil da época?”.¹³ Sua luta pelo social, por diversas vezes, começara a ser questionada, era difícil aos grupos sociais culturalmente eruditos compreender as razões para o inconformismo e definir comportamentos de apoio popular a Pedro Ernesto. O discurso do jornalista Carneiro Ayroso, cria as antíteses: magnata X proletário, “ricos automóveis” X “imundos trens”, ricas avenidas asfaltadas X lugares sem assistência sanitária, as quais salientam o ‘perigoso’ discurso opositor que se iniciaria.

Marshall Sahlins nos ensina que as culturas humanas não se explicam tão-somente pelas atividades materiais, pela perseguição individualmente racionalizada de seus melhores interesses utilitários. A esta espécie de razão, prática, uma outra, mais significativa, rege as culturas: a simbólica. “Concebendo-se a criação e o movimento de bens somente a partir de suas quantidades pecuniárias”, diz o antropólogo, “ignora-se o código cultural de propriedades concretas que governa a ‘utilidade’ e assim continua-se incapaz de dar conta do que é de fato produzido”.¹⁴

Neste sentido, uma outra lógica, simbólica, cuja abrangência cultural se estende além da razão material, media as relações entre o governador e a classe trabalhadora, ou os populares. O *marketing* político se estruturava na exaltação dos trabalhadores e no fato das grandes obras dos governos se dedicaram aos mesmos.

¹³ A autora fez essa pergunta à platéia em 16/10/2002 na UERJ.

¹⁴ Marshall Sahlins, *Cultura e razão prática*, p. 185.

Não havia, neste sentido, mera submissão e perda de identidade. Havia pacto, isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo que era esta segunda dimensão que funcionava como instrumento integrador de todo o pacto. As mensagens fundamentadas na ideologia trabalhista-popular resgataram idéias, crenças, valores e a auto-imagem construída pelos próprios trabalhadores. O governo de Pedro Ernesto não surge apenas como produtor de bens materiais, mas como formulador de um discurso que tomava componentes simbólicos da identidade construída pelos próprios operários, articulava demandas, valores e tradições da classe e os apresentava como de ambos - além de ressaltar os benefícios sociais como uma atitude generosa que exigia reconhecimento e, fundamentalmente, reciprocidade.

Desta maneira eram atrelados à imagem de Pedro Ernesto os atributos de homem de “sentimentos nobres”, “eminente governador”, “homem com H maiúsculo”, “homem de tempera”, e principalmente, unificador e razão de vida – vivificador – do Partido que presidia: O Partido Autonomista. Estabelecem-se as relações entre homem, liderança e partido.

Os discursos de apoio a Pedro Ernesto põem de um lado os “grã-finos, os milionários, os ricos, os barões, as elites, os exploradores do povo”, de outro, “os que vivem do trabalho, os pobres, os simples, os humildes, a plebe, os que lutam”. Essa divisão se apóia em relações simbolicamente poderosas para a época. “Os símbolos”, diz Baczko, “só são eficazes quando assentam numa comunidade de imaginação”.¹⁵ Um dos maiores símbolos de campanha de Pedro Ernesto era a ‘marmita’. A “marmita” representava a dignidade, o respeito e a decência do trabalhador.

Pedro Ernesto resgatou crenças, idéias, tradições, sensibilidades e valores políticos presentes entre os trabalhadores, mobilizando-os como classe social, com consciência de sua identidade coletiva. “A classe”, diz Adam Przeworski, “molda o comportamento político dos indivíduos tão-somente se os que são operários forem organizados politicamente como tal”.¹⁶ Evidentemente, que sua análise se afasta frontalmente das interpretações que vêm na política brasileira após 1930, nada além do que repressão e propaganda governamental, resultando em uma classe trabalhadora sem

¹⁵ Ver Bronislaw Baczko, “Imaginação Social”. In: *Enciclopédia Einaudi. Anthropos-Homem*, p. 325. Ver exemplar na Biblioteca da UFF.

¹⁶ Ver Adam Przeworski, *Capitalismo e social-democracia*, p. 42.

consciência de seus “reais” interesses, sempre a reboque de “pelegos” e “líderes burgueses de massa”. Contudo afirma Przeworski:

No papel, podem se enquadrar as pessoas nas classificações que se desejar, mas na prática política é preciso tratar com pessoas de carne e osso, com seus interesses e a consciência dos mesmos. E tais interesses, quer sejam ou não ‘reais’, não são arbitrários; tampouco é arbitrária sua consciência e a própria prática política que os forja.

Pedro Ernesto, já em seu primeiro governo, atuou no sentido de mobilizar os trabalhadores como classe social. Receosos de que, com outro governante, os fundamentos materiais e políticos do *pacto* fossem rompidos e, no mesmo movimento, os benefícios concedidos que os reconhecia politicamente se perdessem, os “textos” enquanto expressões e desejos dos agentes históricos envolvidos nos revelarão o ‘porquê’ do apoio popular a Pedro Ernesto, mesmo no momento da desconstrução de sua imagem política. Ao reconhecerem um governo que os elevou à categoria de cidadãos, com deveres, mas sobretudo com direitos sociais, e ao afirmarem os ganhos materiais e simbólicos usufruídos desde o início dos anos 30, os trabalhadores, partilhando idéias, crenças e comportamentos em comum, não poderiam admitir ofensas (nem mesmo ao fato do governador ser atrelado ao comunismo) àquele que presidia o *pacto*. Aceitar os ataques a Pedro Ernesto – até os do Governo Federal – seria não reconhecer devidamente os benefícios. Em uma palavra, “ingratidão”, uma falta condenável, porque muito grave, na cultura popular.

Muito do sucesso da administração Pedro Ernesto provinha do fato de ele ter buscado estender a rede de bens e serviços públicos municipais a áreas anteriormente desassistidas, fazendo da construção de escolas, hospitais e postos de saúde a principal marca de sua gestão. Ampliando o acesso à educação pública, leiga e gratuita e aos serviços sanitários terapêuticos e preventivos, o interventor procurava melhorar a qualidade de vida da população e seu padrão de competitividade no mercado – com os cursos das escolas técnicas. Preocupava-se também em incentivar a participação política dos cariocas. Pedro Ernesto era retratado sempre como o sujeito da ação: “Pedro criou, determinou, estabeleceu, assinou, mandou executar ou cuidar para que”, etc...

Os discursos nas rádios procuravam não apenas informar a população sobre os benefícios a que tinham direito, como esclarecê-la sobre os passos do homem de ação:

Pedro Ernesto. Além de homem de ação, Pedro Ernesto era lembrado como médico bondoso voltado, sempre, ao atendimento aos pobres. Pela “abundância de seus traços brasileiros” ele conseguiu realizar tudo quanto havia de superior nas doutrinas políticas e rejeitar o que de mau nelas existiam: o elitismo prosaico (vulgar).

O trabalhador seria reflexo do homem honesto da própria figura de Pedro Ernesto, dotado de ânimo, interesse e capacidade. “O trabalhador: esse homem magnífico, tornado são e bem alimentado pelos políticos, seria o principal responsável pela construção da grandeza da pátria”.¹⁷

Por falar em trabalhador enfocaremos em nossa análise a partir daqui o *jingle* político de Pedro Ernesto durante as eleições pela prefeitura do Distrito Federal. *Jingle* que virou “mania” nas rádios. *Jingle* que virou a “voz” emitida a todos que compartilhavam os sons coletivos do universo político, pois escutar o rádio era um “ato coletivo” até o posterior advento do rádio à pilha. As palavras “Justiça, Honestidade e Trabalho” estão em consonância com o que se espera do ‘bom político’ na década de 1930. Uma boa recepção deduz uma mensagem adequada para sua efetivação. Os dois primeiros atributos parecem ter referência óbvia para o que se espera de um bom político; já o atributo “trabalho” deveria, ao menos, merecer em qualquer estudo sobre as décadas de 1930, 1940, 1950 e a primeira metade da década de 1960, atenção especial.¹⁸

Só se pode compreender o valor atribuído ao trabalho neste momento se compreendermos que o ‘trabalho’ durante todo o período anterior da história nacional – e não somente durante a Primeira República – o valor ou o “não valor” do trabalho, verdadeiramente enraizado em nosso *ethos*. Assim como a palavra democracia, quando

¹⁷ Pedro Ernesto diz sobre o trabalhador em discurso afirmado na Conferência dos Trabalhadores, realizada em 13/09/1934, ver PEB c 1934.01.06, rolo 1, fot. 0529.

¹⁸ Temos como exemplo no campo cultural de atributo positivo ao trabalho no samba ‘O bonde de São Januário’, de Wilson Batista e Ataulfo Alvas, que nos revela uma auto-imagem centrada no valor positivo do ato de trabalhar, de onde decorreria a dignidade da figura do trabalhador e o seu papel central no mundo econômico e social construído pela década inicial do Trabalhismo brasileiro, vejamos:

*Quem trabalha é que tem razão,
Eu digo e não tenho medo de errar,
O bonde de São Januário
Leva mais um operário,
Sou eu que vou trabalhar*

Para mais informações ver *A Invenção do Trabalhismo*, op. cit.

pensada enquanto conceito, é bastante genérica, se não alinhavarmos-la à conjuntura estudada, a palavra trabalho também se apresenta como um ‘conceito vazio’.¹⁹

Na década de 30, alguns políticos, entre eles Pedro Ernesto, e o “clarividente” Getúlio Vargas, perceberiam que o trabalhador era o esteio da sociedade, mas não era reconhecido como tal pelas outras “classes sociais”. Cumpriria a eles, e neste sentido Pedro Ernesto anteciparia todos os outros, para que essa situação se transformasse.²⁰ A luta pela valorização do trabalhador, que até então fora assumida durante a República Velha principalmente pelos movimentos anarquistas e socialistas, seria assumida pelos políticos no centro do poder. Com Pedro Ernesto essa luta passaria a ser central na política, pois seria o início da tradução de uma conquista do *status* de ‘bom cidadão’, organizado e representado politicamente, já que o trabalhador seria merecedor dos direitos ‘das classes a que pertence’. Seria a reivindicação e construção de uma identidade social positiva. Se o mundo do trabalho durante a República Velha era “caso de polícia” já que o poder central se opunha à organização dos trabalhadores, na década de 1930, o poder central re-alinhará tais questões para si. A malandragem característica do que se designou chamar nos anos 50 de “jeitinho brasileiro”, fora insistentemente combatida tanto pelo DNP, Departamento Nacional de Propaganda, quanto pelo governo Pedro Ernesto entre 1933 e 1935. A vagabundagem era relegada frente ao “laborioso gentio carioca”. Nas rádios que apoiavam o interventor os compositores passariam a adotar temas de exaltação ao trabalho e de condenação à boemia. Sambas descrevendo personagens bem-comportados e, inclusive, alguns ex-malandros convertidos em pacatos operários eram estruturas de um discurso característico da época.

¹⁹ Cunho aqui a expressão ‘conceito vazio’ para designar palavras que só têm significância dentro de uma conjuntura qualquer. A etimologia da própria palavra ‘trabalho’ nos ajuda a pensar o que ela tem - ou teve- de significância historicamente. Em latim, *palu*, significava estaca, poste. Daí vieram o português *pau* e o italiano *palaffita* (estacas fincadas). Daí também se origina o *empalar*, submeter alguém ao suplício de ser espetado por uma estaca até morrer. Por isso desde sua sócio-gênese ‘trabalhar’ tem sido apropriado com o objetivo de submeter alguém a um sacrifício. O português *trabalhar* tem essas origens. Essa análise é importante para que possamos anexá-la ao que historicamente associara-se ao se ‘pensar’ o local do trabalho dentro de nossa sociedade. A aversão ao trabalho como ‘coisa de preto’, o critério de separação do castigo do trabalho ao não castigo, por muito tempo foi a fenotipia. Trabalhar de certa forma era um castigo. Vários historiadores já se debruçaram sobre essas questões. Durante o período colonial o não trabalho ou o ócio era indicador de *status*, o poder estudar era visto como significativo à diferenciação social.

²⁰ Clarividente: adjetivo atribuído à figura de Vargas a partir de 1942 com as inserções de Marcondes Filhos na Rádio Nacional, falando aos trabalhadores do Brasil.

O que fica claro, portanto, é a força constitutiva de um discurso capaz de re-significar conceitos e tradições. Segundo Sahlins, as ações humanas se equilibram entre lógicas práticas, lógicas simbólicas, estando esses dois tipos de lógicas associadas. O poder central construía uma nova lógica aos trabalhadores, que se opunha a toda uma tradição de olhar depreciativo. Mas só construir um discurso sem bases materiais e concessões de benefícios não seria suficiente à efetivação da construção de uma *Era de Trabalhismo* que se constituiria nesse momento. Contra os teóricos populistas, o autor desta dissertação, não acredita que um discurso demagógico por si só seja capaz de criar uma manada de apaixonados e perseverantes seguidores de políticos, sem ganhos efetivamente materiais. Segundo Marx, “os homens transformam a natureza segundo um construto”, isto é, segundo um sistema de representações.²¹ A questão não é de “prioridade, mas sim de qualidade”, ou seja, a experiência humana é sempre uma experiência rica em significados. Esse jogo entre trabalhadores e poder central implica em lidar com a questão da construção do conceito de cidadania e, mais particularmente, com a questão da extensão de cidadania aos setores populares.

Em nosso país, foi basicamente a partir dos anos pós-30 que a classe trabalhadora foi incorporada como um ator relevante ao cenário da política nacional. Aqui concordamos com o que propõe Gomes: “... o sucesso do projeto estatal pode ser explicado pelo fato de ter tomado do discurso articulado pelas lideranças da classe trabalhadora durante a Primeira república elementos-chave de sua auto-imagem e de os ter investido de novo significado em outro contexto discursivo”.²² Pedro Ernesto seria um dos primeiros políticos a re-significar esses valores e em muito isso se deve à sua biografia, como homem de origem popular e durante seu tempo como estudante estar diretamente ligado a esses movimentos de reivindicações a uma outra imagem do trabalhador.

A pergunta ‘Qual o significado que os atores sociais atribuem à política?’ será respondida na próxima subunidade, mas antes desse exercício de reflexão através da empiria, precisamos contestar algumas das mais importantes discussões sobre a participação popular, que em muito têm negado a visão participativa da população/ agentes ativos. Carvalho atribui três tipos de relações quanto a “não-participação” popular: a não-

²¹ Ver volume 1 de *O Capital*, p.122.

²² Gomes, 1988, p. 8.

atuação cotidiana das populações na política, a participação por reação e a “estadania”.²³ Segundo sua perspectiva, a população não atua cotidianamente do mundo político, só atuando de duas maneiras; a primeira é por reação, isso ocorre quando o Estado acaba invadindo arbitrariamente o mundo privado da população – como no caso da Revolta da Vacina. Pela estadania a população é chamada a atuar em troca de benefícios materiais. Em muito essas questões eram discutidas em artigos da Revista “Cultura Política”, durante os anos 30, enunciando uma pergunta básica: “Onde está o povo na República Brasileira?”. Por acreditar que os trabalhadores e os agentes históricos não são passivos, discordamos aqui das perspectivas de Carvalho, nos centrando na seguinte questão: se o poder central ajudara a constituir a identidade da classe trabalhadora articulando uma lógica material, fundada nos benefícios de uma legislação social representando esses benefícios como doações, nos cabe questionar as fontes, verificando para além das perspectivas paternalistas, se não haveria nessas construções algo mais que unidirecional – indo somente do Estado a população (Estadania) – e sim simbiótico, como uma relação de troca e existência seria mutuamente barganhada (?). O processo de construção da classe trabalhadora em ator coletivo é um fenômeno político-cultural, capaz de articular valores, idéias, tradições e modelos de organizações através de um discurso em que o trabalhador é ao mesmo tempo sujeito e objeto.

Lá está, em síntese, o fundamental dos elementos-chave rearticulados pelo discurso trabalhista no pós-30: uma “ética de trabalho”; a figura do trabalhador como homem honesto e sofredor; a centralidade de seu papel econômico na criação das riquezas do país; sua importância na sociedade em geral. Só que temos que perceber que esses atributos que são designados ao trabalhador são agora direcionados também ao político. Pedro Ernesto representante da honestidade, da justiça e do trabalho, portanto, honesto, justo e trabalhador, assim como a população do Distrito Federal, e por que não do país, se adiantarmos o fato de que alguns políticos de seu partido – Partido Autonomista do Distrito Federal – pensavam em articular sua candidatura à presidência? Os trabalhadores construíram durante toda a primeira República uma nova ética do trabalho. O que há de muito significativo, portanto, é a incorporação dessa ética por Pedro Ernesto, antecipando

²³ Expresso como ‘não-participação’, já que para José Murilo de Carvalho, os movimentos de participação popular são sempre passivos, no máximo agindo por *reação*. Ver *Cidadania no Brasil*.

todo o trabalho feito pelo Estado Novo *a posteriori*. A preocupação com o ócio e a desordem, e “educar” um indivíduo pobre e principalmente criar nele o “hábito” do trabalho, estava como ponto-chave nos discursos de Pedro Ernesto como veremos a seguir. A questão é entender que ele teve sucesso porque conseguiu estabelecer laços sólidos o bastante porque simbólicos (político-culturais) e não apenas materiais (econômicos).

Para que entendamos a introdução das questões do trabalho no discurso público na década de 1930 precisamos compreender que essa década foi um período que acentuou o processo de separação e especialização dos espaços que representam os *locus* do trabalho e da vida doméstica. As questões do mundo do trabalho cada vez mais passam a ser regidas por “contratos coletivos” e não mais por normas de ordem privada, ao menos na Capital.

O Rio de Janeiro da primeira metade do século XX é uma cidade em constante metamorfose. A literatura historiográfica já dedicou bastante atenção às reformas que a cidade passou. Reformas na cidade em “pedra” mas que também que acompanharam mudanças na “carne” da mesma.²⁴ A partir da década de 1930 acentua-se o movimento de especialização do espaço produtivo: trabalhar na própria casa era a norma até então. A separação entre “espaço de trabalho” e “espaço de privacidade” era comum à vida dos burgueses, mas não à imensa maioria da população. Trabalho e vida privada confundiam-se. A noção de privacidade – de vida fora do trabalho – é uma noção bastante moderna. As famílias cariocas organizavam quase a totalidade da existência em função do trabalho.

A reorganização social em projetos racionais já foi apresentada em discursos anteriores aos do próprio Pedro Ernesto e nos indica a intenção da entrada não só de falas mas também de ações por parte do Estado em esferas sociais que antes eram consideradas de âmbito particular. Segundo esses discursos, era preciso organizar cientificamente o universo do “trabalho”. O século XX inicia a maior abrangência do “zoneamento” da cidade, e nestes projetos sempre são levados em conta a funcionalidade da cidade almejada. Cada vez mais são projetados “equipamentos coletivos” que gradativamente se distanciam do universo privado: a escola, o hospital, as agências postais e outros. Essa dinamização da tessitura social acaba por gerar migrações cotidianas no universo urbano. É na tentativa de resposta a esses novos “movimentos” que o discurso político busca atuar. Problemáticas novas que exigem novas palavras, novos discursos.

²⁴ Metáfora referente ao título do livro *Carne e Pedra*, de Richard Sennet.

As relações entre patrões e criados anteriores à especialização do espaço citadino se configuram quase como relações familiares e se inscrevem muito diferentemente ao universo dos contratos de trabalho. Os laços estabelecidos entre “patrão” e “trabalhador” se configuram como relações de ordem pessoal. Não é por coincidência que por muitas vezes em meio a essa transição faltem aos discursos à atualização da linguagem – o que por vezes fez com que boa parte da hegemônica interpretação populista historiográfica se deixasse cair no canto e no “conto” das fontes e chamar essas relações de um patético “paternalismo”. Num universo em “transformação” a antiga concepção do “patrão-pai” não poderia deixar de existir totalmente mas também não representa uma perspectiva hegemônica. Por vezes ela se estenderá – como veremos mais à frente – aos representantes do universo político. Os discursos da década produziram vários “pais” mas devemos entender essa conjuntura como um momento de transição onde por vezes os discursos se prendem a “palavras disponíveis”, a “cidades almejadas” mas ainda não inteiramente configuradas e também a “cidades que não existem no discurso desejado”, mas que existem na realidade social. O entrelaçamento entre “família” e “trabalho” é, portanto, inevitável. Só podemos compreender essa “fusão” desses universos levando em consideração a “transitoriedade” e “interpenetração” dos universos apresentados.

A figura do médico como transeunte entre os universos “privados” e “públicos” explica em parte o sucesso do carisma de Pedro Ernesto. Até o início da década de 1930 os meios populares não estavam acostumados a visitas de médicos. O médico nesses meios torna-se uma novidade. Uma novidade enfatizada nos discursos da década. Várias matérias de jornais falam das visitas de Pedro Ernesto a esses setores. E é interessante a constante referência a Pedro Ernesto enquanto “doutor” para além dos cargos que tivesse ocupando no momento. E essa mesma referência ganha as falas dos populares para com o prefeito – como veremos mais à frente. O “doutor” é aquele que transita nas questões populares do povo e que tem a legitimidade do mesmo para falar publicamente das suas questões. É interessante que a figura de Pedro Ernesto transite entre esses universos públicos e privados.

Numa cidade em metamorfose – mudança da urbe e dos hábitos sobre os corpos que a habitam – o médico-popular pode ser o baricentro (ponto de equilíbrio) entre essas realidades em transformação. O “discurso privado” ganha as ruas em sua voz. E quando

vira “voz pública” se transmuta em “moral”. Moral que se faz entendida enquanto “padrão”. O “padrão do bom trabalhador” e da “boa família” que se tornam centrais em todos os discursos. A família forja o trabalhador e ajuda a construir a família maior que é metaforicamente a nação. O micro invade o macro e o macro, o micro nessa substancial troca de significados. Até mesmo a expectativa no resultado do futuro da nação não é mais de responsabilidade apenas do Estado mas do mesmo para com o “povo”. As benesses e os malefícios do futuro seriam responsabilidades partilhadas.

No discurso de inauguração do Hospital Jesus, dedicado ao atendimento infantil Pedro Ernesto reafirma-se como legítimo representante das questões sociais:

Ao se inaugurar um hospital, em qualquer outro período da vida republicana brasileira, só caberia uma palavra de lirismo filantrópico. Hoje eu trago para o limiar de um hospital, uma palavra política. E essa é a mudança dos tempos que, queiram ou não queiram se fez nesses anos tumultuosos que viveu o Brasil desde 1930. Este hospital não é uma dádiva de caridade do governo para com os enfermos do Distrito Federal, este hospital é uma dívida que se reconhece, que se paga. Esse hospital é uma afirmação de direito do povo carioca de ter mais alguma coisa do que uma mistificadora igualdade perante a lei. É o começo do cumprimento do dever do Estado de lhe dar condições de saúde, condições de existência, condições de educação, para que todos tenham realmente condições idênticas de luta pela vida. Por isso, afirmei que a inauguração deste hospital não era a inauguração de um melhoramento esporádico e benevolente com a cidade, mas a primeira concretização de um longo e extenso programa de reparação e de justiça para com o homem carioca²⁵.

O discurso de Pedro Ernesto tem um caráter a princípio metalingüístico. Ele fala do próprio ato de se discursar durante inaugurações de hospitais. E deixa bem claro que não caberá ao seu discurso o que adjetiva como “palavra de lirismo filantrópico”. A inauguração de um hospital não é um ato de “filantropia”. Na rádio a voz carrega de força essa frase que já evidencia um caráter conclusivo ao discurso. Tudo que sealaria após a mesmo seria apenas reforço da idéia inicial.

²⁵ Ver arquivo Pedro Ernesto, PEB c 1934.01.12.

Segundo o discurso é preciso trazer para a “saúde” – “limiar de um hospital” – uma palavra política. É preciso que a palavra política torne as questões sociais – antes ligadas ao universo particular – públicas. Esse deve ser o compromisso da palavra política. Palavra que deve se tornar ação.

A mudança do discurso é explicada pela mudança dos tempos. E podemos reparar que o ano de 1930 já não aparece mais no discurso “mitificado”. Não é mais apresentado como ano da “Revolução”. É um ano que inaugurou o “tumulto”. Nos discursos podemos verificar as contingências do universo político. Verificaremos mais adiante que em 1935 Pedro Ernesto já está bastante afastado do “centro de poder”. Quando se olha para trás os cinco anos após a “vitória revolucionária” são vistos com a frieza do olhar do presente avaliador.

A relação dádiva e dívida nos é bastante interessante. O próprio discurso de Pedro Ernesto nega o teor dessas ações políticas que a historiografia dominante classifica como “populista”. Segundo o discurso, o “povo” merece muito mais que uma “mistificadora igualdade pela lei”, praticada no passado. É, portanto, dever do Estado tomar como questões as reivindicações populares.

A inauguração do hospital inaugura um novo tempo. Um tempo que não tem mais como princípio o ano de 1930 mas o momento simbólico de inauguração do hospital. Tempo de reparação e de justiça para com o homem carioca. Tempo de correção das ações erradas do passado. Tempo de se trazer para o universo público questões que eram negligenciadas. Problemáticas escondidas sob a falsa justificativa de serem “privadas”. Para trazê-las a tona era preciso ter a autoridade de um transeunte entre esses dois universos. Se Pedro Ernesto insiste em negar as dádivas se tratando de pagamento de dívidas, veremos agora como os populares respondem à voz do prefeito. A princípio podemos acreditar que dívidas geram também dívidas que devem ser pagas ao seu modo.

4.2 Retribuição

Oferecido ao pai da imprensa:

Nosso senhô dê bás-noite
 A seu donô Pedro Arnesto
 Governadô da cidade
 Que é o mió perfeito
 Apezá da mocidade
 O donô que é dos bão!...
 E que sabe apreità:
 Se fosse lá pro setão,
 Nós haverá de gostá.
 Porquê aquilo lá, seu doutô,
 Assuste vossuncê só...
 É uma grande porquêra,
 Tá ruim que mette dô!

Vossuncê acompreendeu
 Que o povo anda bânzero
 Percisa sê adistrahí-se
 Trez dia, num anno intêro

Prú via disso dou trez viva
 Do fundo do coração:
 Viva o doutô Arnesto!
 Viva o grande interventô!
 Viva o maior bataladô
 Da nossa arrevolução²⁶

Zé Gudenço

Mas se o senhô fosse lá
 Com a sua ilustração
 Fazia obra maió
 Que vinte revolução!

Mas o que vom lhe dizê
 (e não vem do causo o resto)
 Abasta doutô Arnesto
 Só pra lhi arrecomendá
 Tê feito de nossa festa
 Uma festa oficiá!

O poema dedicado a Pedro Ernesto por um migrante estabelecido no Distrito Federal atribui ao interventor em seu título o fato do mesmo ser ‘o pai da imprensa’. Esse fato nos é significativa ao passo que possamos pensar que efetivamente a incisiva comunicação através dos rádios, jornais, panfletos, vinculados pelo Partido de Pedro Ernesto ter conseguido atingir seu objetivo final: a população. A população retribuiria com vários atributos positivos as obras do prefeito. “O doutô que é dos bão!”, é um verso que nos faz pensar o quanto a imagem de doutor vinculado aos interesses da população se fez penetrante. Pensamos também, através do mesmo, a “retribuição” da população para com as ações do governo distrital, que é percebida como ‘canal de comunicação política’.

Pedro Ernesto, nordestino, deveria ir ao Sertão para resolver os problemas, assim como fizera pela Capital Federal. Edifica-se na linguagem, a figura do “ilustrado” que faria obra maior que vinte revoluções. Mais uma vez à imagem de Pedro Ernesto é atrelada a figura do ‘revolucionário’. O trabalho de classificação, ordenamento, percepção e também exclusões, do autor do poema, objetiva – sem necessariamente o

²⁶ Arquivo Pedro Ernesto, PEB rolo 1, fot, 0107.

ator ter a noção disso – produzir um sentido sobre a figura de um homem público, relatando um sentido simbólico deste para com um mundo social.

Como afirma Roger Chartier, são

estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças as quais os indivíduos adquirem sentidos, o outro torna-se inteligível e o espaço que este ocupa pode ser decifrado. As representações pessoais assim construídas são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forja.²⁷

Neste sentido a imagem forjada de Pedro Ernesto pode se deslocar do pessoal ao social, não sendo somente uma imagem projetada por um indivíduo sobre o outro, mas de um indivíduo que estrutura em seus esquemas simbólicos imagens de uma coletividade.

O restante do verso só vem a confirmar o que detalhamos sobre as percepções do político Pedro Ernesto sobre as questões de seu tempo. “Vossuncê compreendeu”, que o povo precisa se distrair, aqui codificado à linguagem clássica, os desejos do trabalhador, de não ser relegado, e sim, ser visto como merecedor e integrador do projeto nacional dos anos 30: o projeto de um Brasil singular, com seu “povo laborioso”, onde um indivíduo é parte de um todo, e ao fazer parte deste grande projeto deve integrar-se orgulhosamente. Os políticos prometiam na imprensa um veredicto da história, uma linha de progresso, um modelo de ser humano laborioso, uma ideologia, um significado verdadeiro à pátria. Haveria alguém em algum lugar que sabia como “separar a decisão certa da errada”, e a população laboriosa do distrito federal o tinha encontrado: Pedro Ernesto.

Cabe ressaltar a co-reflexão da imagem do cidadão trabalhador em: “Viva o maior bataladô!”. Se ao trabalhador é referendada a imagem de batalhador, sua atribuição ao político “do povo e para o povo” era retribuída saudosamente como a mesma: o “doutô” é como um de nós, finalmente: é um igual nas boas atribuições, e maior, enquanto ilustrado.²⁸

Na música de caráter oficial “Maravilha de nossa Terra”, que fora oferecida a Pedro Ernesto, pelo seu autor Oscar Cardim, compositor clássico que circulava nos grandes salões cariocas, podemos perceber o alcance da imagem de Pedro Ernesto para

²⁷ Roger Chartier, *Textos impressões e leituras*, p.112.

²⁸ A frase: ‘político do povo para o povo’ aparece em vários panfletos, jornais e na propaganda vinculada nas rádios em favor de Pedro Ernesto. Ver a mesma documentada no Arquivo Pedro Ernesto, PEB rolo 1 fot. 0656.

além somente da retribuição da população, desta forma forjando-se uma imagem positiva, também para a elite carioca, que retribuiria seus feitos, vejamos:

Maravilha de nossa Terra
Coberta por um céu de anil
Quantas bellezas encerra,
Em teu seio oh! Meu Brasil!

Para frente enfrentemos à sorte
Com orgulho, o progresso é altaneira
Não devemos temer nem à morte
Quando pulsa o coração brasileiro

São belos os nossos mares
Esplendor é o nosso sertão
És a terra dos palmares
Meu Brasil do Coração

Maravilha de Nossa Terra
De gente laboriosa
Como representa-nos
A figura de nosso interventor!²⁹

Pedro Ernesto é saudado com exclamação. “Maravilha de nossa terra”, comparado-o às maravilhas do Brasil tão entusiasticamente cortejadas pelas produções culturais do momento. As representações construídas sobre o prefeito compõem o campo de significação simbólica em torno do indivíduo. Com isso, a sua figura “maravilhosa” assim como a natureza brasileira, ganharia um pertencimento social, pois se constitui como uma imagem do país, uma obra, neste sentido, social e histórica. A interação destes discursos transformaria Pedro Ernesto em elemento do imaginário dos cidadãos.

O progresso é associado às melhorias sociais efetivadas pelo prefeito; intensificaria-se o histórico romance entre progresso e imaginário da “grande nação”. “Para frente”, sabe-se para onde esse lírico encômio das raízes apontaria, com o tradicional e irresistível ímpeto próprio: para um engolfante impulso de assegurar o futuro. Um Brasil de um futuro progressivo começaria com homens progressivos e as maravilhas desta terra eram esses homens. O progresso era um símbolo de grande força.

Os símbolos, segundo Bourdieu, constituem-se em “instrumentos por excelência da integração social enquanto instrumentos de conhecimento e de

²⁹ Arquivo Pedro Ernesto, PEB rolo 1, fot. 0107.

comunicação”, eles tornam possível o consenso “acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social” ressaltando que as relações de comunicação são sempre “relações de poder que dependem na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes” (ou pelas instituições, envolvidos neste processo).³⁰

Neste sentido, a imagem de Pedro Ernesto é entendida como resultado da construção humana, de um investimento de sentido externo a própria objetividade requerida pelas mensagens que a imprensa criava sobre ele mesmo. Essa imagem, construída a partir de discursos, pode ser percebida como fenômeno social, isto é, socialmente produzida, fruto de escolhas. Ao determinar o que deve ser perpetuado na lembrança da sociedade, sob o cunho de “memória”, faz-se uma seleção do que deve ou não ser lembrado, e ainda de como deve ser perpetuado na lembrança. Não obstante Pedro Ernesto ter se afastado do centro de poder, esfacelando sua vida política, a chamada memória do político ‘do povo e para o povo’ permaneceria viva. Os dois versos a seguir, foram homenagens posteriores à sua morte, o que demonstra a força de sua memória, mesmo o indivíduo Pedro Ernesto não estando mais vinculado ao mundo político. Vejamos então como as imagens forjadas socialmente sobrevivem aos caminhos sinuosos do mundo político:

Dir-se-ia que repousavas
Dir-se-ia fosse o teu sono
Simples fadiga que o outono
Da vida te houvesse imposto,
E que, tão longe acordastes
Virias bondoso e franco
De avental de linho branco
Tomar de novo o teu posto

Dir-se-ia que da capela
Onde se fez seu velório
Fizeras teu consultório
Para a enorme multidão
E que a nós todos, que fomos
Beijar-te a fronte insepulta,
Chegasse a vez da consulta
Que não precisa cartão

Como foi longa essa espera!...
Horas mais horas, a fio...
Teu rosto, pálido e frio,
Tinha uma luz de bondade...

Não, não eram só aqueles
Que te seguiram na glória
Quando a tua trajetória
As culmina nelas te alçou,
Desses muitos te esqueceram
Deixando-te ao abandono,
Como o cão que esquece o dono
E morde a mão que o tratou

Eram, sim, os teus amigos
Sinceros e dedicados
De alma ao branco a finados,
Eram todos clientes
A quem tu salvaste a vida
Ora da filha querida,
Ora da esposa ou irmão
Olhando, doida de tudo
Que uma vida se salvasse
E todos, todos chorando
Foram ver-te, PEDRO ERNESTO,
Naquele dia funesto,
Deitado no teu caixão

³⁰ Ver Pierre Boudieu, *Economia das trocas simbólicas*.

E o povo sempre chegando...
 Milhares de almas sofrendo.
 E todas - caso estudemos!
 Do mesmo mal: a saudade.

Muitos, levando-te flores
 Outros, lágrimas somente,
 A dôr do seu coração...

E tu dormias... não viste...
 Mas, se estivesses desperço,
 Terias visto, por certo,
 O que eu, soluçando, vi:
 Terias visto este povo,
 Ao qual ajudaste tanto,
 Com os olhos rasos de pranto,
 Ir despedir-se de ti.³¹

Os primeiros atributos que se destacam na primeira estrofe são: “bondoso” e “franco”. Como veremos mais adiante isso também aponta a uma tautologia de adjetivos, formando uma certa coerência atributiva e subjetivamente desejosa à formação de uma imagem política forjada. Surge no verso abaixo a imagem do “avental de linho branco”, completando a imagem já anunciada do médico “bondoso, franco”. Seu consultório, neste caso a capela, recebe um grande público: “enorme multidão”. O médico bondoso tem um grande público que o reverencia, e esse povo se destaca assim como Pedro Ernesto por sua sinceridade, já que seguiram o mesmo, não só nos tempos de “glória”. Neste ponto a subjetividade do poema, reforça a força da hipótese sugerida acima: desfacela-se o político, mas não o ímpeto de sua memória. A política esqueceu o homem mas não o povo que sofreu seus efeitos.

No momento da morte reafirma-se em plena ditadura – já que Pedro Ernesto vem a falecer em 1942 – a figura do político popular que desafiaria anos antes a figura do ‘já poderoso’ Vargas. O período marcado pelo autoritarismo não consegue camuflar o poderio de uma cultura política negociada nos anos 30.³² No nosso entender, a noção de cultura política “refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores”.³³

Vejamos mais um poema em homenagem a Pedro Ernesto, após a sua morte, que ressalta questões não verificadas no anterior:

³¹ Originalmente publicado em 13 de agosto de 1942 no ‘Correio da manhã’, assinado por Sebastião Fonseca.

³² As principais referências para a definição do conceito de cultura política estão em Almond e Verba (1963 e 1980) e Pye e Verba (1965). Recentemente, foram feitas no Brasil duas revisões bibliográficas sobre o tema por Kriskke(1997) e Rennó(1998). Ver William Outhwaite e Tom Bottomore(org.), *Dicionário do pensamento social do século XX*.

³³ Karina Kuschnir, *O cotidiano da Política*.

Pedro Ernesto, meu amigo!
 Regresso do cemitério
 Em cujo seio funério
 O povo foi te deixar
 Vi-te coberto de flores,
 Lá na casa de saúde
 Deitado em teu ataúde
 Como Jesus num altar

Era a falange dos pobres
 Cujos modestos salários
 Das contas dos boticários
 Sofriam golpes mortais
 E a quem tua bondade
 Vendo que o povo sofria,
 Multiplicaste num dia
 As portas dos hospitais

Tinhas o rosto abatido,
 Magro, sim, mas tão sereno...
 Que em teu semblante moreno
 A morte dava a impressão
 De paz suprema, infinita!
 De um sono doce e tranqüilo
 Onde encontraste o asilo
 Que a vida e o mundo não dão

Eram milhares de crianças
 Cujos cérebros inquietos
 Cresciam analfabetos...
 Sem ar, sem seiva, sem luz
 E as quais, paternal e amigo,
 Deste a maior das esmolas
 Mandando fazer escolas
 E a benção fazendo júz.³⁴

De alma cortada de dôr,
 Gente da elite e da plebe,
 Que guarda o bem que recebe
 E é grata ao seu benfeitor

Neste poema mais uma vez atributos se repetem. Porém, neste último, o autor une a “gente da elite e da plebe”, que “guarda o bem que recebe/ e é grata ao seu benfeitor”. Aqui a percepção da noção de troca/retribuição se efetiva no seu caráter máximo. É a troca subjetiva destacada por Mauss e por Gomes.³⁵ Os teóricos populistas em toda sua objetividade deixariam se levar pela força do substantivo “benfeitor” vendo na relação o que eles concebem como “paternalismo”, mas não estariam mais que deixando se levar pelo “canto da sereia”, que um olhar mais amplo sobre as fontes impossibilitaria.

Quando nos referimos na seção anterior que toda relação não seria apenas sustentada pela expressiva força do *marketing político*, retificamos o que afirmam os sétimos e oitavos versos da quarta estrofe: “multiplicaste num dia/ as portas dos hospitais”, aqui há a garantia de “bases materiais” que dariam sustento à troca. Na última estrofe a garantia da base material é reforçada: “mandando fazer escolas/ e a benção fazendo júz”. Seria atribuir passividade demais, crer que os agentes históricos deixariam se levar somente pela força de um discurso. Desta forma não poderíamos

³⁴ Arquivo Pedro Ernesto, PEB, rolo 1, fot. 0108.

³⁵ Ângela de Castro Gomes faz relação entre os trabalhos de Mauss sobre as subjetividades inerentes ao processo de troca e as bases materiais que garantiriam a efetivação da propaganda política, se utilizando neste caso de Thompson (1972). Ver *A invenção do trabalhismo*- introdução.

chamá-los de agentes e “sim somente” paciente, no sentido de sofrer impressões/marcas de um outro, este sim, agente. A suposição básica dos estudos sobre a *cultura política* envolve o reconhecimento de que a institucionalização de valores e normas culturais, observada no nível dos indivíduos, tem grande importância na definição dos *outcomes*³⁶ (entender como efeitos/resultados) do sistema político.

Agora voltemos ao tempo. O verso abaixo é datado da posse de Pedro Ernesto, como prefeito da cidade do Rio de Janeiro:

As ruas, as avenidas
Enfeitadas e floridas
Traduzem a alegria,
O entusiasmo reinante,
O delírio fascinante
Que empolga toda a cidade

Ante o espetáculo que vejo
Vibrante, imponente e bello,
Ao desfilar do cortejo
Na esplanada do castelo
Sob o céu denso e nublado
Rapidamente me apresso
Pra saudar emocionado
O prefeito Pedro Ernesto

É assim que me anseio
A estas manifestações
Que vos presta todo o Rio

Ilustre governador
Do povo acolhido e eleito
Recebei, nesta mensagem,
Benemérito prefeito,
Minha singela homenagem.³⁷

Esse poema nos encaminha de volta às “prisões” do tempo histórico. Pedro Ernesto “eleito e acolhido” pelo povo, já era um homem popular, muito pelas realizações de sua passagem pela interventoria. É importante destacar uma das preocupações centrais deste trabalho no comprometimento de ampliar o conceito de atividade política para além das fronteiras das esferas de atuação do Estado. Valoriza-se também o papel do indivíduo singular – que foi Pedro Ernesto – que dentro de contextos complexos, atuaram como mediadores entre múltiplos níveis culturais.³⁸

³⁶ A expressão *outcomes* aparece nas obras de Putnam, 1997; Inglehart, 1988,1990; Eckstein, 1988; Santos, 1993; Lamounier e Souza, 1991. Por ser um conceito preferimos mantê-lo com a força habitual de sua língua original, propondo uma aproximação em português.

³⁷ Arquivo Pedro Ernesto, PEB rolo 1 fot. 0109.

³⁸ Desenvolveram-se trabalhos importantes sobre mediação política, dentre muitos podemos destacar: Foster (1977), Wolf (1969), Landé (1977), que desenvolveram reflexões acerca de um amplo e heterogêneo conjunto de relações pessoais. Não podemos esquecer é claro dos excelentes trabalhos de Pierre Clastres que foi o autor que propôs uma relativização radical da noção de política. Para Clastres, a finalidade do poder não é impor a vontade do chefe sobre o grupo, mas sim expressar o “discurso da sociedade sobre ela mesma”, de modo a preservar seu caráter solidário e indiviso (1982:108-109). Ver *A sociedade contra o Estado*, de Pierre Clastres.

Assim sendo, as trocas fundadas a partir de relações sociais constituem e regulam, em diferentes combinações, o funcionamento das instituições políticas e sua relação para com seu público. Desta forma, os conceitos são vistos em sua positividade, isto é, através de seu significado para os atores sociais e não em comparação a modelos teóricos que fundamentam o sistema político.

O exame de trajetórias individuais, associado ao mapeamento das redes sociais que as rodeiam e sustentam, tem permitido discutir a multiplicidade de percepções e valores associados à prática política. Nestes casos, privilegia-se a força do conceito antropológico, que entende cultura como rede de significados que dá sentido à percepção da realidade. Nestes trabalhos devem ser considerados como objeto de análise fatores, dados e fontes diferenciadas. Desta forma, tem-se a possibilidade não apenas de analisar a cultura política no nível de condutas, normas e valores manifestados pelos indivíduos, mas também de considerar a relação destes com o contexto institucional e histórico em que são formados. Desta forma analisaremos a seguir a imagem que surge de Pedro Ernesto no jornal *Correio da Manhã* sob o título “O Fenômeno Pedro Ernesto”. Dizia o jornal que pretendia entender o ‘carisma’ do prefeito:

A permanência tão viva, tão firme de prestígio popular que o nome de Pedro Ernesto conquistou no Rio; o culto comovido que inspira a sua memória; os protestos que sempre se levantam quando alguém procura ingratamente diminuir a obra realizada pelo prefeito, constituem um fenômeno que deve merecer a maior atenção de todos os homens públicos do país (...) E por que? Não é esse homem uma personalidade eletrizante, no estilo dos heróis, dos estadistas espetaculares, dos chefes inspirados ou mesmo hábeis demagogos que se impõem à população pelos dons histriônicos. A sua presença era canhestra, nunca teve um tasgo de efeito; nunca pronunciou frases empolgantes. Sorri com dificuldades, como também não tinha jeito para ostentar carrancas enérgicas. Por outro lado, não se lançou como prefeito em iniciativas monumentais, não recorreu ao cabotinismo arquitetônico e urbanístico dos seus antecessores, tão empenhados em cultivar a mistificação. Não abriu avenidas imensas, não prometeu erguer estádios colossais: não pensou em jardins zoológicos, em meritar palcos de bailados nos subúrbios ou coisas semelhantes. Governando em época de liberdade teve sempre boa parte da imprensa a combater acirradamente a sua administração.

Mas apesar de tudo isso, não obstante os muitos erros que praticou ou não soube impedir que seus auxiliares praticassem, Pedro Ernesto conta com o apoio do povo. (...) A razão deste culto é muito clara, evidentíssima. É que Pedro Ernesto construiu escolas e hospitais, procurou resolver problemas elementares da vida carioca, tendo sempre em vistas o benefício das classes desamparadas. Se outros assim procedessem em vez de promover demolições impiedosas de gastar quantias astronômicas em realizações de lisonja. O povo não se engana. O povo conhece quem o serve de verdade e também quem deixa de servi-lo. O contraste entre o

prestígio de Pedro Ernesto e o desprestígio de seus sucessores valerá de lição indisfarçável.³⁹

A análise acima é formidável. Já se discutia na época o ‘porquê’ do carisma de Pedro Ernesto. O autor, jornalista Genolino Amado, decifra com perspicácia de observador atento e de homem com clarividência exemplar – o quanto nós historiadores ainda temos dificuldade em fazer análises conjunturais, sem a possibilidade de visualizar o desfecho de um bloco de acontecimentos? – os acontecimentos de seu tempo. O jornalista busca respostas às suas perguntas e elas são satisfatórias: “Pedro Ernesto construiu escolas e hospitais, procurou resolver problemas elementares da vida carioca...”. Pedro Ernesto construiu uma base de realizações materiais que dava sustentação a seu discurso de prefeito “do povo e para o povo”.

Mais surpreendente, no entanto é a sua visão de futuro: “O contraste entre o prestígio e o desprestígio de seus sucessores valerá lição indisfarçável”. Como veremos a seguir a população carioca dará apoio a Pedro Ernesto nos momentos em que o “centro de poder” se distancia do prefeito. Os prefeitos que sucederão Pedro Ernesto serão questionados por suas obras de caráter “facista” – em associação à proximidade do Estado Novo com os países do Eixo.⁴⁰

As respostas do ‘porquê’ do carisma de Pedro Ernesto orientaram a primeira parte deste trabalho e também nos levaram ao seguinte questionamento: o aumento de adesões afetivas ao prestígio individual garantiria, na mesma proporção, o aumento das chances de sobrevivência deste mesmo político no sistema político? A resposta é negativa. As análises de caráter último dividem em campos distintos a micro e a macropolítica, estando as primeiras focalizadas nas manifestações de indivíduos em suas diferentes inserções sociais, explicando o ‘carisma’ de um indivíduo em relação ao social e as segundas enfatizando a estrutura e funcionamento dos sistemas políticos, instituições, agendas e políticas públicas. Neste sentido a existência de uma cultura política não garante a manutenção de um sistema democrático.

Uma preocupação permanente em não se isolar a política das demais dimensões da vida em sociedade, já que a noção de poder não está relacionada apenas às instituições explicitamente políticas, pode descortinar as dimensões subjetivas da interação entre política e social. Um esforço no sentido de compreender como a

³⁹ Arquivo Pedro Ernesto, PEB rolo 2, fot 0178.

⁴⁰ A expressão “facista” aparece em panfletos de oposição ao governo federal a partir de 1937.

sociedade interpreta, elabora e vivencia suas instituições políticas, não pode ser ignorado por análises e teorias que se intitulam de escolha racional. Como sugere-nos a passagem metafórica de Ginzburg:

... alguém disse que o apaixonar-se é a superestimação das diferenças marginais que existem entre uma mulher e outra (ou entre um homem e outro). Mas isso também pode se estender às obras de arte ou aos cavalos. Em situações como essas, o rigor flexível (se nos for permitido o oxímoro) do paradigma indiciário mostra-se ineliminável. Trata-se de formas de saber tendencialmente mudas – no sentido de que, como já dissemos, suas regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas. Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes. Neste tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição.⁴¹

Nos meses que se seguiram à posse de Pedro Ernesto, o prefeito se afastou do núcleo que gravitava em torno de Getúlio Vargas e adotou um novo padrão de atuação política, em que as massas urbanas assumiriam um papel ainda mais central. O apoio indireto à Aliança Nacional Libertadora e o diálogo direto com as entidades classistas, a defesa de um projeto de educação laica (coroados pela criação da Universidade do Distrito Federal em 1935), mas principalmente a possibilidade de competir com Vargas na arena política, terminariam por impor limites drásticos a seus projetos, como veremos a seguir.

4.3 Voz e desentendimento político

Em 1933, Pedro Ernesto nomeou Anísio Teixeira para a direção do Departamento de Educação, atendendo a uma recomendação, que segundo Michael Connif, lhe teria sido formulada pelo jurista Temístocles Cavalcanti. Signatário do *Manifesto dos pioneiros da educação nova*, de 1932, Teixeira era partidário da adoção de um sistema escolar público, gratuito, obrigatório e leigo. Com base em seu plano regulador, a prefeitura construiria ao longo da administração Pedro Ernesto cerca de 30 escolas, localizadas em sua maior parte nas áreas pobres da cidade. Teixeira transformou ainda a velha Escola Normal no Instituto de Educação, dotando-a de um programa de ensino inteiramente reformulado. Para coroar o sistema, sugeriu a criação da Universidade do Distrito Federal, que foi inaugurada em abril de 1935.

⁴¹ Carlo Ginzburg, *Mitos emblemas e sinais*, p.179.

Com Gastão Guimarães na direção do Departamento de Saúde, Pedro Ernesto elaborou um programa de saúde tão ambicioso quanto a reforma educacional. Ao longo de sua administração, empreendeu o re-equipamento da rede hospitalar e levou a cabo a construção dos hospitais Getúlio Vargas, Carlos Chagas e Miguel Couto, além de vários centros de saúde. O Hospital Pedro Ernesto também se deveu à sua iniciativa, mas só foi concluído após sua saída da prefeitura. Além disso, foram realizadas obras de saneamento que melhoraram sensivelmente as condições sanitárias da cidade, especialmente dos bairros suburbanos.

Pedro Ernesto teve ainda a iniciativa de criar o Departamento de Turismo, importante fonte geradora de recursos para os programas de educação e saúde. No capítulo da legislação social, antecipou-se às reformas implementadas por Vargas, instituindo a Assistência Médico-Cirúrgica para os funcionários municipais e o Montepio dos Empregados Municipais, além de regularizar o pagamento de seus vencimentos.

Pedro Ernesto revogou o plano de urbanização concebido por Alfred Agache e aprovado por seu predecessor, Adolfo Bergamini, evitando dessa forma numerosas desapropriações.

No princípio de 1934, levou a cabo a criação da Polícia Municipal, com o objetivo de diminuir o poder de intervenção do chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Müller. Devido às imposições do general Góis Monteiro, ministro da Guerra na ocasião, a Polícia Municipal foi equipada com armamento leve – pistolas e metralhadoras leves – e seu comando foi entregue ao tenente-coronel Zenóbio da Costa.

Embora a promulgação da Constituição tivesse aparentemente inaugurado uma fase de normalização da situação política nacional, o agravamento das tensões sociais, associado à crescente influência da AIB e do PCB, teve o efeito de acentuar as tendências centralizadoras e autoritárias do governo federal. Pedro Ernesto não entrou em conflito aberto com Vargas, mas colocou-se em clara oposição às medidas repressivas contra os sindicatos de trabalhadores e as greves operárias. Jurando defender “os interesses da população e os interesses da justiça”, “servir a causa popular”, e que este “é um compromisso sagrado”.⁴²

No princípio de 1935, Pedro Ernesto sofreu duras críticas dos meios católicos em virtude de sua oposição ao projeto de introdução do ensino religioso nas

⁴² Trecho do discurso de Pedro Ernesto à rádio Cajuti agradecendo manifestações e afirmando sua disposição de lutar para a manutenção da democracia. PEB, rolo 1, fot. 0879 a 0880.

escolas públicas do Distrito Federal. Em 30 de março do mesmo ano, cedeu o teatro João Caetano para a sessão inaugural da Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma frente política constituída pelos comunistas e os opositores de esquerda.

A despeito da aprovação da Lei de Segurança Nacional em 4 de abril de 1935, Pedro Ernesto continuou assegurando liberdade de atuação à ANL no Rio de Janeiro. Em maio, cedeu o Instituto de Educação para uma manifestação contra o fascismo promovida pela União Feminina do Brasil e, logo em seguida, apoiou a criação da União Trabalhista do Distrito Federal, composta por dirigentes sindicais e intelectuais ligados à ANL. Além disso, solidarizou-se com algumas greves operárias e movimentos populares, como a campanha para impedir o aumento do preço da gasolina.⁴³ Em julho de 1935, Pedro Ernesto, condenou veementemente o fechamento da ANL e denunciou o perigo de implantação de uma ditadura oligárquica no país, vejamos:

Nunca foi tão grave o momento brasileiro porque nunca estiveram, como estão hoje, em perigo as reivindicações populares mais singelas, aquelas todas que tivemos no próprio império e que foram mantidas pela república.

Em nenhuma das phases da vida republicana brasileira, se assistiu, com efeito, a organização de partidos para destruir as liberdades democráticas, para impedir os governos para o povo, para negar a própria essência do nosso regime, que é o de servir a todos os brasileiros e não a um grupo de privilegiados de brasileiros.

Em plena democracia, assiste-se hoje organizar no Brasil um partido para destruir e esmagar a democracia substituindo-a por uma ditadura a serviço dos interesses das oligarquias que sempre macularam e diminuíram a república.

Contra tal investida fascista ou integralista que ameaça os direitos fundamentais do povo brasileiro temos que nos afirmar, não para contrariar esse movimento com outro movimento subversivo, mas para assegurar e garantir as liberdades, as reivindicações e os direitos que são nossos, porque estão em nossa constituição e em nossas leis.

O que se vê hoje no Brasil é o medo às nossas próprias instituições democráticas. Depois de um logo período de vida independente e livre em que se afirmou, cada vez mais, o nosso amor à liberdade e à dignidade e independência humana, e consciência nacional corre o perigo de se obscurecer momentaneamente e ferir, de morte, a própria natureza do regime democrático, que é o de representar o homem e o de respeitar o seu pensamento.

O regime democrático é uma válvula contra as revoluções, exatamente porque permite o progresso indefinido do espírito de justiça social.

Os anos de 1922, 1924 e 1930 foram datas de revoluções feitas pelo governo e de contra-revolução democráticas feitas pelo povo.

A democracia é uma necessidade é uma categoria do povo brasileiro. Reafirmo, assim, mais uma vez o meu programa de ação como mandatário do povo carioca. Serei, no governo, uma garantia aos vossos direitos. Serei, no governo, uma consciência vigilante pelas reivindicações populares.

Darei, como tenho dado até hoje, a este governo, o sentido popular que o caracteriza, pondo as forças e poder que me confiastes, a serviço dos vossos

⁴³Arquivo Pedro Ernesto, PEB, rolo 1, fot.0896 a 0897.

interesses, da vossa educação, da vossa saúde, e dos vossos direitos à vida e a tranquilidade de homem.

As limitações do regime democrático, a profunda desigualdade social em que vivem os brasileiros, nós a toleramos como contingências inevitáveis da nossa situação econômica, mas não as suportaremos consagradas em leis e regimes que as tornem como base de sua própria estrutura.

Por maiores que sejam as dificuldades serviremos ao Brasil e ao povo, servindo aos ideias democráticos que são os ideias que formam a própria alma brasileira e aquelas que estão nas leis brasileiras.

Hoje, como ontem, o nosso dever de revolucionário de 22, 24 e 30 é o de defender e fazer progredir e florescer as instituições democráticas que nos legaram os bons e dignos brasileiros.

Pelo verdadeiro regime democrático, pela lei e contra os partidos ou os homens que violam, deformam e achincalham as nossas legítimas instituições.⁴⁴

O premier britânico Harold Wilson pronunciou uma frase fenomenal no início dos anos 60: “Uma semana é um longo tempo na política”. Embora tivesse nas camadas inferiores o alvo principal de suas políticas sociais, Pedro Ernesto conseguiu sensibilizar também setores da classe média e alta do Rio de Janeiro, preocupados com o problema da pobreza, como sugere a adesão desses grupos a seus projetos de assistência social. Por tudo isso e ainda por outros motivos, como o uso da rádio na propaganda política e a manutenção de uma organização partidária estável, em meados da década de 30 Pedro Ernesto havia se tornado um líder político com apoio popular e de expressão nacional. No entanto, se o apoio das massas sugeria um acúmulo de forças, acarretava também sérias dificuldades pelo potencial de risco que representava. Na medida em que se organizava no Rio de Janeiro uma alternativa urbano-popular ao autoritarismo oligárquico de bases rurais – prática posteriormente generalizada no curso do processo de modernização da sociedade brasileira⁴⁵ –, aumentavam também as fricções de Pedro Ernesto com o *establishment* conservador, que se encarregava de exacerbar divergências e tirar proveito das fragilidades existentes no esquema político do prefeito do Distrito Federal. Se uma semana é um longo tempo na política, uma frase, um discurso podem fazer seu emissor colher bons e maus dividendos de forma avassaladora.

O setor católico, liderado por Alceu Amoroso Lima, acusava Pedro Ernesto de ser simpatizante do “comunismo ateu”, e acabaria por atingir seus objetivos: em dezembro de 1935, já enfraquecido politicamente, Pedro Ernesto seria forçado a demitir Anísio Teixeira da Secretaria de Educação, bem como vários professores da

⁴⁴ Discurso pronunciado na rádio Cajuti em julho de 1935. Ver PEB, rolo 1, fot. 0960 a 0962.

⁴⁵ Aspásia Camargo. “Autoritarismo e populismo: bipolaridade do sistema político brasileiro”.

Universidade do Distrito Federal. Com a nomeação de Francisco Campos – primeiro ministro da Educação de Vargas, líder católico e ideólogo do autoritarismo –, praticamente toda obra pioneira de Anísio Teixeira seria desbaratada.

Outros episódios, já citados, forneceram também argumentos contra a atuação de Pedro Ernesto. Em março de 1935, o prefeito cedeu o Teatro João Caetano para a seção inaugural da ANL, passando a prefeitura a ser um elemento de apoio para a organização. Pouco tempo depois, quando do fechamento da ANL, Pedro Ernesto protestou violentamente contra a medida. Ainda nesse mesmo ano, aproximar-se-ia do general Guedes de Fontoura, acusado na época de conspirar contra o governo.⁴⁶ O fato de solidarizar-se com as greves fez aumentar sua identificação com o perigo comunista.

O discurso à rádio Cajuti expressa a ferrenha oposição de Pedro Ernesto aos integralistas que punham em perigo “os interesses da população” e de “ferir de morte a própria natureza do regime democrático”. A ditadura é vista pelo democrata Pedro Ernesto como um “movimento subversivo”, apoiado por um partido que impediria “os governos para o povo”, e não “a um grupo de privilegiados de brasileiros”. Para Pedro Ernesto só existe democracia quando esse regime serve ao povo. O prefeito se diz “mandatário do povo carioca”, garantindo os seus direitos, sendo a “consciência vigilante pelas reivindicações populares”. Pedro Ernesto atrela a si um histórico de lutas consagrado nos anos de 1922, 1924 e 1930, lembrando ao povo sua perspectiva de homem revolucionário.

Definido por Ernani do Amaral Peixoto como um “conspirador incansável”, Pedro Ernesto, de fiel aliado de Vargas em 1930, tornar-se-ia, portanto, no decorrer da década uma presença incômoda.⁴⁷ A 31 de dezembro de 1935, na saudação de fim de ano ao povo brasileiro, Getúlio fez uma série advertência:

Forças do mal e do ódio, campearam sobre a nacionalidade ensombreado o espírito amorável da nossa terra e de nossa gente. Os acontecimentos lutosos dos últimos dias de novembro permitiram, felizmente, reconhecê-las antes que fosse demasiado tarde para reagirmos em defesa da ordem social e do patrimônio moral da nação (...) Os fatos não permitem mais duvidar do perigo que nos ameaça. Felizmente a nação sentiu esse perigo e reagiu com todas as suas reservas de energias sãs e construtoras.

⁴⁶ Ernani do Amaral Peixoto, *Artes da política - diálogo com Amaral Peixoto*, p.114.

⁴⁷ Ernani do Amaral Peixoto, *ibid.*, p. 60.

A quase unanimidade das forças políticas do país, integradas todas na opinião pública, mobilizou-se para fortalecer o governo na adoção de medidas necessárias para agir dentro da lei e dar maior eficiência às suas decisões repressivas.

No discurso, Vargas elogiava ainda a colaboração do Legislativo e dos militares no combate ao extremismo de esquerda, pedia a punição dos culpados, “inimigos declarados e reconhecidos” da sociedade, e alertava para a necessidade de medidas preventivas contra a “decomposição bolchevista”. Vejamos:

Essa obra deve começar dentro da própria administração pública, pelo afastamento de todos os que, exercendo funções remuneradas pelo Estado, servem ao credo comunista protegendo-o, abalando ao mesmo tempo o princípio de autoridade, enfraquecendo a sua ascendência disciplinadora.⁴⁸

Vargas pronuncia tal discurso fazendo referência à Intentona Comunista que ocorrera em Novembro de 1935. Marcando a oposição do poder central aos comunistas.

Em decorrência à sua oposição ao regime, Pedro Ernesto passou a ser combatido sistematicamente por uma ala do Partido Autonomista liderada pelo padre Olímpio de Melo, Augusto Amaral Peixoto e Luís Aranha.

Em agosto de 1935, Pedro Ernesto anunciou a reorganização do partido com base num programa trabalhista, bem como a transformação dos cinco departamentos da prefeitura em secretarias. A reação da ala conservadora foi imediata e bastante agressiva. Átila Soares, por exemplo, denunciou o caráter comunista do novo programa e a tentativa de sovietação da prefeitura.

Em fins de setembro, Pedro Ernesto envolveu-se na crise de sucessão fluminense, alvo de uma acirrada disputa entre o governo federal, articulador da candidatura do almirante Protógenes Guimarães, e o governador do Rio Grande do Sul, José Antônio Flores da Cunha, defensor da candidatura de Cristóvão Barcelos. Pedro Ernesto apoiou os esforços do governador da Bahia, Juraci Magalhães, para articular uma candidatura de conciliação. Em novembro, depois de prolongadas e infrutíferas negociações, Protógenes Guimarães foi eleito governador do estado do Rio de Janeiro pela Assembléia Legislativa.

Após o fracassado levante comunista de novembro de 1935, Pedro Ernesto tornou-se um dos principais alvos da campanha anticomunista desencadeada no país. Na verdade apesar de suas conhecidas ligações com a ANL, Pedro Ernesto não esteve

⁴⁸ *O Estado de São Paulo e Correio da Manhã*, 1/1/1936. Ver também Getúlio Vargas, *A nova política do Brasil*, vol. 4, pp.139-145.

apenas à margem do levante, como preveniu o próprio Vargas na tarde de 26 de novembro da iminência de sua deflagração no Rio de Janeiro.

Poucos eventos históricos brasileiros tiveram consequências mais drásticas, e mais funestas, do que o levante comunista de novembro de 1935 – a insurreição que virou intentona. As repercussões diretas e indiretas do movimento se devem muito mais aos efeitos aglutinadores que acabou provocando entre as elites até então divididas do que ao seu registro na memória das classes populares que pretendia defender. Seu efeito drástico foi acelerar soluções de direita e imolar a frente de esquerda, daí por diante inevitavelmente confundida com a liderança comunista.

Neste clima, o golpe maior contra Pedro Ernesto veio de uma facção de seu próprio partido. Já em maio de 1935, em carta a Odilon Batista, filho do prefeito, o deputado autonomista Augusto do Amaral Peixoto criticava a direção do partido pelas práticas que vinham adotando, notadamente o grande número de nomeações. Condenava a ascendência do senador Jones Rocha sobre Pedro Ernesto e concluía: “permita Deus que ainda se encontre um meio de salvar a ti e a teu pai. No caminho em que o vejo, receio uma queda desastrada”, profetizara. A cisão no partido se consumaria com o levante comunista de novembro, quando isolando Pedro Ernesto, vários parlamentares autonomistas emprestaram sua solidariedade a Getúlio no combate ao comunismo.

Em dezembro de 1935, Pedro Ernesto foi acusado pelo jornal *O Globo* de coordenar uma greve de marítimos e mobilizar as associações de sargentos contra o governo, motivo da ira dos trabalhadores para com o jornal, vejamos:

Os trabalhadores organizados vêm acompanhando com especial atenção a campanha que os inimigos das liberdades publicas ora desenvolvem em certos periódicos da cidade contra a obra social do sr. Pedro Ernesto.

Essa campanha, que todos sabem, se origina dos ódios e despeitos dos exploradores de todos os matizes contra o programa de realizações humanitárias que o governador da cidade dentro das possibilidades constitucionais, vem executando nesta capital, recrudescendo dia a dia mercê da audácia de alguns foliculários empenhados em combate a todo o transe a emancipação dos trabalhadores.

Para de uma vez por todas ficar defendida a posição do proletariado desta capital, em face de tão descabidos, injuriosos e infames ataques, os trabalhadores organizados, signatários deste manifesto, vêm de público declarar que repudiam energicamente a ação de tais jornaes que, a soldo da plutocracia opressora, visam impedir o seguimento natural das iniciativas libertadoras do prefeito do distrito federal, e para tornar mais nítido este protesto, o proletariado sindicalizado da cidade vem por meio deste conchar o povo carioca, cuja maioria é composta de trabalhadores, escorchados, a toda a hora, pesa a opressão dos intermediários e agentes do capital financeiro internacional, ao boicote sistemático e organizado de

taes jornaes, porta-vozes cynicos dos exploradores do pobre. Entre elles, pelas suas torpes actuações, destacam-se “O Globo” e o “Diário da Noite”, pasquins que não devem merecer a leitura e muito menos o apoio do proletariado consciente.⁴⁹

Neste trecho o discurso proletário vai em defesa de Pedro Ernesto assumindo todos os atributos de um discurso de esquerda, para a época. “Agentes do capital financeiro internacional”, “matizes”, “inimigos da liberdade”, “exploradores”, “foliculários” e “opressores” versus “proletariado consciente”, “trabalhadores conscientes”, “pobres” são expressões que se repetem recorrentemente em oposição direta nos discursos das classes trabalhadores em prol do “interesse nacional”. É interessante perceber que esses jornais são chamados de “pasquins” e seus jornalistas de foliculários, aqui a ‘ideologia da verdade’, de uma única verdade operária, se opõe ao que consideram “os panfletários dos interesses ‘cínicos’ internacionais”. Os pasquins que tanto foram usados pelos operários como estratégia contra o poder central na República Velha, aqui se apresentam como ‘falsos’, como antítese da verdadeira representação nacional expressa na figura do trabalhador. Neste sentido a ‘imprensa’ limpa, verdadeira é aquela que colabora para com o interesse dos trabalhadores e daqueles que os defendem.

Aqui há um ‘diagnóstico favorável’ à visualização de clara retribuição dos proletários, da classe trabalhadora para com Pedro Ernesto. Os trabalhadores estão com o prefeito não somente nos momentos de seu ‘clímax político’. Percebendo as dificuldades políticas do prefeito eles retribuem à altura, proclamando um ‘boycote’ à ‘falsa imprensa’. Cabe lembrar que essa é na imagem popular uma retribuição honrosa. Pedro Ernesto, por defender os interesses dos trabalhadores, passa a ser também um ‘grande trabalhador’. Aqui a ‘imagem’ se forja em perspectiva de um jogo de espelhos, de reciprocidade mútua, portanto no momento de ‘luta política’ ambas as partes estarão do mesmo lado.

Na perspectiva de Thompson uma concessão ou doação deve também ser interpretada como uma conquista; a constatação da ocorrência de um ‘consenso social’ a respeito de certos assuntos precisa ser compreendida em termo de ‘hegemonia de classe’. A prática de certas normas ou rituais por parte de uma classe dominante pode ser vista como uma ‘necessidade’ diante das condições históricas específicas do exercício da dominação. Nos primeiros anos da década de 1930 vivíamos um período de

⁴⁹ Arquivo Pedro Ernesto, PEB, rolo 1, fot. 0553 a 0554.

transição para que uma ‘hegemonia’ de classe pudesse ser forjada, por outro lado os trabalhadores tinham uma idéia hegemônica sobre o seu papel social. Entendendo a ‘sociedade’ enquanto uma arena de lutas e por ‘cultura’ como um corpo de crenças e de valores, socialmente adquiridos e modelados que servem a um grupo organizado como guia de comportamento, podemos perceber as circunstâncias sociais que dariam ensejo à utilização das formas ou alternativas culturais disponíveis.⁵⁰ Aqui se completa a união entre história social e antropologia social.

Em um primeiro momento de tentativa de forjar-se uma ‘hegemonia’, Pedro Ernesto seria uma ‘peça’ fundamental no complexo ‘quebra-cabeça’ político da época, sendo o mesmo, articulador do grupo de tenentes para com o poder central. Pedro Ernesto acabaria por contribuir à formação de um papel hegemônico em torno do grupo que se fincou no poder central. Por outro lado, a partir de 1935, o prefeito eleito passaria a ser uma ‘peça perigosa e contestadora’ ao poder central, o que fez com que do centro, ‘forças políticas’ se voltassem contra ele mesmo.

Em 5 de fevereiro de 1936, o deputado Adalberto Correia, presidente da Comissão Nacional de Repressão ao comunismo, proporia ao ministro da Justiça, Vicente Rao, as prisões de Pedro Ernesto, de seu filho Odilon Batista, de Anísio Teixeira e de Eliezer Magalhães, irmão de Juraci Magalhães.

Pedro Ernesto reagiu à ameaça, buscando apoio junto à oposição parlamentar e ao governador gaúcho Flores da Cunha. No início do mês de março, O Grêmio Político Amigos do Dr. Pedro Ernesto reivindicou a realização de um plebiscito para a escolha do sucessor de Vargas e, alguns dias mais tarde, Pedro Ernesto anunciou uma nova reorganização do Partido Autonomista, dessa vez com base num programa essencialmente liberal. Os autonomistas visavam lançar a candidatura de Pedro Ernesto à presidência. Aqui fica clara a sentença: ‘Política é poder’. A disputa passaria a ser de poder. Não haveria mais negociação e sim uma polaridade entre dois segmentos: por um lado um grupo organizado pelo prefeito da ‘fervilhante’ capital do país, centro de grandes manifestações políticas, por outro o grupo que sedimentava a sua hegemonia política desde o início da década de 1930, ao qual o próprio Pedro Ernesto teria pertencido.

No dia 1º de abril, Pedro Ernesto foi intimado a prestar depoimento no gabinete do chefe de Polícia do Distrito Federal, Fillinto Müller. Já havia, contudo,

⁵⁰ Sobre essa relação ver Sidney Mintz e Richard Price, em *Culture: an anthropological view*, pp.499-512. Ver este texto citado na biblioteca da UFF.

antecipado sua defesa, entregando pessoalmente a Vargas um relatório sobre as atividades comunistas no país.

Enquanto a polícia apertava o cerco, os amigos de Pedro Ernesto mobilizaram-se para impedir sua prisão. No dia 2 de abril, a Federação dos Marítimos realizou uma manifestação de desagravo a Pedro Ernesto. Anunciou-se para 4 de abril uma cerimônia em sua homenagem, com a presença dos governadores Flores da Cunha, do Rio Grande do Sul, Erônides Carvalho, de Sergipe, e Nereu Ramos, de Santa Catarina, além do presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Herbert Moses. Na véspera, entretanto, Pedro Ernesto foi preso a mando do capitão Fillinto Müller, sendo recolhido ao quartel da Polícia Militar, ao mesmo tempo em que o cônego Olímpio de Melo, presidente da Câmara Municipal, assumia interinamente a prefeitura do Distrito Federal.

Tanto o envolvimento de Pedro Ernesto no levante comunista como a iniciativa de sua prisão foram objetos de interpretações controversas, expressas em diversas versões. Segundo o delegado Bellens Porto, encarregado do inquérito sobre o levante comunista no Rio de Janeiro, foram encontrados no arquivo de Prestes, apreendido em março no apartamento deste, na rua Barão da Torre, em Ipanema, documentos indicadores de que Pedro Ernesto estava ciente do levante, e, mais que isso, colaborara financeiramente para sua realização.⁵¹ Pedro Ernesto, contudo, sempre negou qualquer envolvimento nos episódios de novembro. Segundo seu depoimento a Bellens Porto, tivera de fato a certeza de que o levante ocorreria, mas isto através dos contatos diversos que mantinha e dos indícios da própria conjuntura política, e não através de qualquer comunicação específica com elementos de esquerda. Pedro Ernesto negou qualquer simpatia pelo comunismo e sustentou ter sempre estado “ao lado do presidente da República, que é, aliás, a melhor testemunha desta declaração”.⁵²

Abre-se aí um outro episódio bastante explorado no decorrer do processo contra Pedro Ernesto: a visita que fez a Vargas, a convite deste, no dia 26 de novembro, véspera do levante no 3º RI. Curiosamente, esta visita foi mencionada como evidência tanto da culpa como da inocência do acusado. Segundo sua própria versão, o encontro teria tido por objetivo alertar Getúlio sobre o levante, o que atestava sua fidelidade ao presidente. Para Bellens Porto, no entanto, o gesto de Pedro Ernesto, além de comprovar seu conhecimento prévio do levante e sua participação na conspiração, representava

⁵¹ Eurico Bellens Porto, *A insurreição de 27 de novembro*: relatório. Ver CPDOC.

⁵² Arquivo Pedro Ernesto, PEB 36.04.01.

uma traição para com seus companheiros.⁵³ Numa versão que sugere a tentativa de conquistar Vargas para um movimento de frente popular, esvaziando o levante, Odilon Batista declarou recentemente que em sua visita Pedro Ernesto teria procurado “sondar a disposição do presidente de se aproximar da esquerda, atendendo a sugestão de Prestes”.⁵⁴

Um dos elementos de prova utilizados contra Pedro Ernesto foi a correspondência apreendida entre Prestes e Ilvo Meireles, na qual este último mencionava contribuições em dinheiro entregues por Pedro Ernesto ao médico Eliezer Magalhães, irmão do governador da Bahia, Juracy Magalhães, e membro ativo da ANL. Eliezer Magalhães, entretanto, em carta a seu irmão, Jurandyr Magalhães, anexada ao inquérito, negou a participação de Pedro Ernesto, declarando que mentira sobre ela a Ilvo Meireles com o objetivo de animar os companheiros “com uma solidariedade que eu sabia inexistente”.⁵⁵

Entre os testemunhos contra Pedro Ernesto utilizados pela acusação, inclui-se também o do então tenente-coronel Newton Estillac Leal, que relatou conversas que havia tido com o prefeito, uma delas na presença dos generais Manuel Rabelo e Cristóvão Barcelos. Nesses encontros, teriam ficado evidentes tanto o conhecimento como as simpatias de Pedro Ernesto pelo levante articulado por Prestes. Os próprios generais Rabelo e Barcelos, contudo, depuseram a favor do acusado. Outro importante testemunho em sua defesa foi o do então coronel Zenóbio da Costa, diretor de Segurança da Prefeitura por ocasião do levante comunista. Segundo Zenóbio, Pedro Ernesto, de quem se declarava amigo e admirador, lhe havia dado ordens expressivas para defender o governo e colocar as tropas da Polícia Municipal à disposição Ministério da Guerra.⁵⁶

Toda essa polêmica se explica, em resumo, pelo interesse deliberado do governo em associar os membros e simpatizantes da ANL ao levante armado, que foi na verdade conduzido por um grupo minoritário dentro do PCB, e se realizou com o desconhecimento de importantes líderes aliancistas. Não resta dúvida de que Pedro Ernesto estava ligado à ANL, e as evidências indicam que forneceu recursos à organização, mesmo após seu fechamento, portanto, em sua fase ilegal. O desmentido de Eliezer Magalhães teria tido assim por objetivo fornecer argumentos à defesa do

⁵³ Eurico Bellens Porto, *op cit.*

⁵⁴ Odilon Batista, *Os movimentos de 1935*: relatório. Ver CPDOC.

⁵⁵ Carta de Eliezer Magalhães a Jurandyr Magalhães, Arquivo Pedro Ernesto, PEB 36.04.01.

⁵⁶ Arquivo Pedro Ernesto, PEB 36.04.01 e PEB 36.00.00.

prefeito, preso em condições desfavoráveis ao andamento de um processo legal.⁵⁷ De qualquer forma, jamais se obteve provas conclusivas de que Pedro Ernesto tivesse participado efetivamente do levante.

No que diz respeito à ordem de prisão contra Pedro Ernesto, o documento assinado pelo então comandante da Polícia Militar, general Emílio Lúcio Esteves, determinava que, de acordo com “as instruções do governo da República baixadas à chefatura de Polícia” – à frente da qual estava então Filinto Muller –, o prefeito fosse encaminhado ao quartel do regimento de Cavalaria da Polícia Militar, onde deveria permanecer “até novas deliberações do governo”.⁵⁸ Segundo Odilon Batista, no entanto, a prisão de Pedro Ernesto teria sido feita sem o aval de Vargas. No dia 3 de abril, Getúlio almoçara com seu ex-ministro da Justiça, Antunes Maciel, em Petrópolis, a quem teria dito: “Não existe nada de positivo contra Pedro Ernesto, o que existe são as maluquices do Adalberto”. Ao regressar ao Rio no mesmo dia, porém, Antunes Maciel veria estampadas nos jornais vespertinos as manchetes noticiando a prisão do prefeito.⁵⁹ Também segundo o depoimento de Antunes Maciel a Miguel Timponi, advogado de Pedro Ernesto, não teria partido de Vargas a iniciativa da prisão.⁶⁰

Ao ser libertado em 1937, diria, no entanto o próprio Pedro Ernesto:

Eu não quero, como disse neste momento, indicar os nomes daqueles que foram os elementos diabólicos, forjadores da minha prisão. Já disse que aguardo um momento de mais serenidade para fazê-lo em publicação documentada e minuciosa. Mas julgo meu dever fazer um esclarecimento: não foi o principal responsável o ministro Vicente Rao. Os fatos se passaram do seguinte modo: o dr. Adalberto Correia, presidente da Comissão de Repressão ao Comunismo, pediu ao ministro a minha prisão. O ministro discordou e foi à sede daquela comissão declarar a sua discordância. Então, o dr. Adalberto Correia se dirigiu ao presidente da república, que resolveu atender a seu pedido.⁶¹

O fato é que circulava nos meios políticos da época a informação de que a prisão de Pedro Ernesto teria sido uma imposição do Exército a Getúlio. Esta era também a opinião de Eliezer Magalhães: “Ou ele dava carne às feras ou seria carne para as feras”.⁶²

⁵⁷ Odilon Batista, *op. cit.*

⁵⁸ Ordem de prisão de Pedro Ernesto, Arquivo Pedro Ernesto, PEB 36.04.01.

⁵⁹ Odilon Batista, *op. cit.*

⁶⁰ Carta de Antunes Maciel a Miguel Timponi, Arquivo Pedro Ernesto, PEB 36.05.29.

⁶¹ Discurso de Pedro Ernesto em 29/9/1937, PEB 31.09.29.

⁶² Carta de Eliezer Magalhães a Jurandyr Magalhães, PEB. 36.04.01.

Pedro Ernesto aguardaria na prisão por mais de um ano seu julgamento. Em setembro de 1936 seria finalmente criado o órgão encarregado de julgá-lo, assim como aos demais acusados de atividades comunistas: o Tribunal de Segurança Nacional. Os diversos depoimentos a seu favor e a fragilidade das provas acusatórias deixavam, no entanto, entrever a possibilidade de absolvição. Em vista disso Vargas decretou, em março de 1937, a intervenção no Distrito Federal, fechando a Câmara Municipal, confirmando o padre Olímpio de Melo na prefeitura e bloqueando assim o possível retorno do prefeito eleito. Julgado dois meses depois e condenado a três anos e meio de prisão, Pedro Ernesto recorreu ao Superior Tribunal Militar, sendo absolvido e libertado em setembro de 1937, no momento em que o golpe estava definitivamente arquitetado.

Esses, portanto, foram os bastidores do alto-escalão político da época, sobre a prisão de Pedro Ernesto. Daqui a diante analisaremos as ‘reações’ dos jornais e as manifestações da população em relação à prisão do prefeito.

4.4 De pé por Pedro Ernesto’: ‘O Uivo das Hyenas’⁶³

A hiena é um mamífero que se alimenta de carnes de animais mortos e putrefatos, e aqui é também, neste caso, um atributo negativo aos políticos contrários a Pedro Ernesto. Canibalizar um ‘morto’ é a expressão máxima da ‘covardia’. Vejamos o panfleto que teve tiragem de 900 mil cópias, e que foram distribuídas à população do Distrito carioca quatro dias após a prisão do prefeito eleito:

Brasileiros!!!! Cariocas!!!!

De pé por PEDRO ERNESTO!

Que todos leiam, releiam e divulguem, por todos os lares na cidade e nos morros, no centro e arredores, nas taperas e palácios, onde quer que haja um Brasileiro grato a obra de assistência e educação que Pedro Ernesto vinha realizando no Distrito Federal, o artigo transcrito abaixo da autoria do Dr. Geraldo Rocha e publicado em *A Nota* de 04 de abril corrente.

E que todos guardem dos dias tormentosos por que passa o Brasil, a lembrança dolorosa dos vendilhões de Pedro Ernesto, dos seus amigos e correligionários, que, na hora da desgraça, esqueceram os seus benefícios e procuram cevar-se os despojos da sua reputação.

Há, porém, os que nada devendo a Pedro Ernesto, quebram, na hora da subserviência e covardia moral que estamos vivendo, o silêncio dos ingratos e a

⁶³ O título desta subunidade foi extraído de um dos cerca de 15 panfletos arquivados no CPDOC, relatando a reação da população à prisão do prefeito. ‘O Uivo das Hyenas’ também foi manchete do jornal *A Voz Operária*, de 07 de abril de 1935. Ver PEB 36.06.64

covardia moral - covardes como Lourival Fontes - que estamos vivendo. O silêncio dos ingratos abafa o 'hynno das hyenas'. Edmundo Lins, por exemplo, é um varão de Tiradentes, sua vida é um padrão de honra, de dignidade e altivez a serviço da causa da justiça no Brasil e foi ele o primeiro, talvez, que se dirigiu a Geraldo Rocha nos seguintes termos, logo após a publicação do seu famoso artigo em defesa de Pedro Ernesto.

'Rio, 04 de abril de 1935 - ao prezado amigo dr. Geraldo Rocha, visito e felicito pelo generoso, justo e heróico artigo da *A noite* sobre Pedro Ernesto (s.) Edmundo Lins'.

É o depoimento franco, sincero, desassombrado e, sobretudo heróico e cívico, do ilustre presidente da Côrte suprema sobre aquele que, neste instante, privado da sua liberdade paga o crime de ter amado seu povo e de tudo ter feito em benefício de seus concidadãos.

O Uivo das Hyenas:

Ninguém poderá dizer que o meu temperamento recusa a luta. Tenho prazer em exprimir o meu pensamento, fira a quem ferir. Mas, em minha existência, tive sempre grande repugnância em atacar o vencido, em melindrar o humilde, em vibrar um golpe contra quem quer que seja, que se encontre moralmente em situação de inferioridade para responder.

Rompi com Washington Luís, enquanto este, cheio de poder forjava sua arrogância no Cattete, e feri-o com três artigos violentos em *A Noite* sob a epígrafe - "A revolução do cattete" - para ter o direito de analysar os fatos, quando ele deixasse o poder, sem que me pudessem tachar de apedrejador do sol. O mesmo já havia feito com Eptácio Pessoa, quando Presidente da República.

Muitas vezes me revelei inexorável contra os poderosos e fui tolerante com os humildes.

Jamais devi a Pedro Ernesto um só obséquio. Militamos em campos opostos. No governo do presidente Arthur Bernardes, eu solidário com esse grande cidadão, e Pedro Ernesto tomando parte nas conspirações que os combatiam.

Veio a Revolução de 30, Pedro Ernesto fica entre os triunphadores e eu entre os vencidos.

Depois de três anos de assistência, encontro-o no governo do Distrito Federal, surprehendendo-me, bem como a todos os seus municípios, pelas obras realizadas. Os seus antecessores só a custa de empréstimos executaram empreendimentos, Pedro Ernesto realizava um programa hospitalar e um programa escolar que excediam de muito as realizações de Passos, dispondo, apenas das rendas municipais, sem onerar as gerações futuras, com lançamentos de empréstimos ou emissões de apólices.

A esses melhoramentos devemos honrar 14.000 pessoas a quem ele emprestava assistência, sob a forma de empregos. Pedro Ernesto era um Deus nessa cidade. O seu gabinete, a Casa de Saúde, repleto de amigos, que aguardavam, solícitos, um sorriso ou um gesto affetuoso do Triumphador, dando o sangue de Tiradentes a seus feitos.

Pedro Ernesto tivera a infelicidade de se relacionar com Luis Carlos Prestes, no seu raciocínio de conspirador, jamais capaz de levar o Brasil, o 'cavalheiro da esperança', a um regime democrático popular.

Continuo até hoje a não acreditar que Pedro Ernesto seja um agente de Moscou. A sua vida de abnegações e sacrificios, o seu amor a cidade, a sua existência toda dedicada a aliviar os males alheios... O Povo dessa cidade é testemunho de sua obra.

Pedro Ernesto é um hábil cirurgião, conhecedor emérito da geographia do corpo humano, com uma sensibilidade e alma irretocáveis.

Na hora da desgraça, fogem os amigos, os correligionários e surgem as hyenas. Saqueiam os benefícios, apontam-se os escandalos. Pedro Ernesto console-se o povo se esqueceu de que Pereira Passos deixou dívidas imensas a seus sucessores.

Pedro Ernesto viverá redimido ao seio do povo! Deus permitirá que sua inocência seja proclamada pela justiça, resolvendo o problema da consciência do Brasil. Se os homens, quando se acham no poder, refletissem as conseqüências inexoráveis do amanhã, julgariam os seus semelhantes com mais justiça e tolerância, ponderando que os abismos são os mesmos e também as pedras atiradas. Que o povo firme o nome de Pedro Ernesto e condene para sempre as hyenas. Dr. Pedro Ernesto o ‘Homem Coração’. Governador do Povo para o povo e com o povo.⁶⁴

O panfleto amplamente divulgado dá nome a uma das ‘hyenas’: Lourival Fontes. O polêmico jornalista nutria grande admiração por Mussolini, que considerava uma das grandes figuras do século XX. Foi o primeiro diretor do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda. Defendia a ideologia fascista: “o fascismo é um regime que caminha para o povo e que se antecipa e realiza, no campo das conquistas e da cooperação social, os imperativos mais avançados da dignificação, valorização e igualdade do trabalhador”. Viajou a Europa duas vezes com o intuito de observar as técnicas de propaganda utilizadas por Mussolini, na Itália, para difundir o fascismo. Em artigo à revista *Gerarchia*, editada em Milão, na Itália, Mussolini dizia só haver três pessoas fora de seu país que conheciam o fascismo: Lourival Fontes no Brasil, Lugoni no Chile e Galvez na Argentina.⁶⁵

Lourival atacaria Pedro Ernesto com pesados artigos publicados em grandes jornais, como *O Globo* e o *Diário da Manhã*. Integralista, integrou a SEP – Sociedade de Estudos Políticos – que divulgava a ideologia fascista. Mostrando alinhar-se ao governo Federal atacaria duramente a Intentona Comunista e principalmente Pedro Ernesto a quem chamaria de “eterno e irresponsável conspirador”.⁶⁶

O panfleto divide-se em duas partes. A primeira conclamando o ‘povo’ brasileiro e carioca a lutar por Pedro Ernesto e acaba por apresentar o artigo publicado dias antes por Geraldo Rocha em *A Noite*. Além da grande tiragem o jornal conclama o povo de toda a cidade a ‘ler, reler e divulgar’ o artigo. O artigo é legitimado pelo fato do autor não ser um elemento que sempre atuaria ao lado de Pedro Ernesto, portanto um ‘justo’ olhar – pretendo à parcialidade – de quem nem sempre concordou com suas premissas, mas que também tem que ser justo e honrado com um homem merecedor, por seus trabalhos.

⁶⁴ *Idem* a 115. Cabe ressaltar que manteve a forma ortográfica do documento original.

⁶⁵ Ver *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, p.2261 a 2264.

⁶⁶ Ver *Diário da Manhã*, 14/3/1935. Biblioteca Nacional/Periódicos.

Mais uma vez ocorre a exaltação à ‘grande política’ concretizada por Pedro Ernesto, desta vez sendo colocada em perspectiva superior aos feitos de Pereira Passos - que sempre seria lembrado como referência a seus sucessores. O *jingle* ‘político do povo, para o povo’ é reforçado com mais uma sentença: ‘com o povo’. Aqui há uma clara relação de dualidade: o “Homem Coração” x “Hyena”. Uma construção em que claramente identificamos ‘protagonista’ e ‘antagonista’. Os panfletos políticos, normalmente, se caracterizam pelo estabelecimento desta relação dicotômica entre o bem e o mal. E aqui se revela a reconstrução de um ‘arquetipo ocidental’: o mito de Prometeu.⁶⁷

Aqui perceberemos o quanto as fontes se aproximam da língua falada. A língua falada se inscreve sempre em situações únicas na medida em que se produz obrigatoriamente dentro de coordenadas particulares e concretas. Os discursos populares contra Vargas, na defesa de Pedro Ernesto, se caracterizam como acontecimentos que se apresentam além de qualquer cálculo. Estão longe do nexo causal de antemão pensado pelos homens do Estado Novo. Aqui não há “contrato” e sim “desentendimento contingente”. O poder desses discursos está na condição de contingência dos mesmos. O discurso perde seu caráter de narratologia, no qual o final normalmente realiza o que estava previsto desde o começo. Dentro dos discursos anti-Vargas há uma inversão de possibilidades, uma anarquia lógica. A projeção do ilógico para os até então “donos da palavra e da razão”. Se o acaso é realmente aquilo que sucede em má hora, interrompendo os fluxos interpretativos e os fluxos de prazer da narrativa, temos nesses discursos sentidos que provocam “disseminação” do não desejado. Os discursos de oposição a Vargas marcam o que Homi Bhabha chama de “loais da cultura”. É o discurso “novo” entrando em questão no universo político. É a “não ordem” nos possibilitando enxergar uma ordem existente em um tempo histórico singular.

4.5 ‘O Grande Operário’⁶⁸

⁶⁷ Filho do Titã Japeto e irmão de Atlas, Prometeu aparece na mitologia grega como o iniciador da primeira civilização humana. Depois de ter formado o homem com argila, para dar-lhe uma alma, roubou o fogo do céu. Zeus para puni-lo mandou que Hefáistos o acorrentasse no Cáucaso, onde uma águia lhe devorava o fígado, que sempre se renovava. Foi libertado por Hércules. Segundo Jung, in: *Sobre os Símbolos*. Os homens tendem a ‘recontar’ uma história de maneira a alterá-la, passando a ‘história original’ e as suas sucessões a ter em comum apenas indícios. As tipologias expressas nessas ‘estórias’ dão textura ao social e uma visão objetiva e antagônica do mundo.

⁶⁸ Assim era chamado Pedro Ernesto pelos operários. Ver PEB 22.07.06.

A imagem e seu objeto só têm em comum a convenção que os associa... A imagem, em resumo, só é definida por sua função, que é a de tornar presente uma pessoa. O essencial é que a função de representação seja cumprida.⁶⁹

A última ‘imagem’, aqui analisada, forjada de Pedro Ernesto pelos operários é mais uma auto-imagem refletida no ‘outro’: a imagem do ‘grande operário’. Em documento emitido pela União dos Operários Municipais, essa imagem se configura e outros discursos marcados pela ‘tautologia’ de suas formas, criando uma linha de continuidade interpretativa a qual viemos enumerando ao longo desta dissertação. Vejamos:

Exmo. Sr. Dr. Pedro Ernesto a União dos Operários Municipais representando a classe operária Municipal, vem pela voz humilde de seu presidente agradecer a todos os benefícios concedidos, e muitos outros que a minha incapacidade de operário não permite firmar e vos dizer neste seu momento de aflição que reconhecemos todos os seus feitos: criando hospitaes e escolas. Dr. Pedro Ernesto, o executor máximo de nossas aspirações, e não queremos por hypothese alguma que um dia no aconchego de nossos lares no seio de nossas familias pobres, mas honestas, que os nossos filhos apontem ou lembrem mesmo, qualquer acto que não seja de gratidão para com V. Excia., e vosso nome ficará como a pouco disse gravado para sempre em nossos corações e no seio de nossas familias como o Grande Operário que nos deu instrucção, assistência e a garantia do pão de cada dia..⁷⁰

Nessa carta de agradecimento podemos destacar dois fatos interessantes. O primeiro é não haver um discurso ‘virulento’ para com o ‘governo federal’, mesmo Pedro Ernesto tendo sido preso e afastado da gravitação do poder central. Isso se explica em grande parte pelo fato da União dos Operários Municipais ser um órgão vinculado ao poder federal, assim como grande parte dos órgãos forjados depois da instituição da CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas.

Várias cartas de operários e de órgãos operários seriam mandadas a Vargas defendendo o ‘Grande Operário’. Nota-se nos jornais que circulavam nos primeiros dias de abril a configuração de vários protestos de operários em frente ao Palácio do Catete, exigindo a retirada da prisão do prefeito eleito.⁷¹

Em torno de Pedro Ernesto forjaria-se uma imagem de político popular que mesmo sua retirada do ‘centro de poder’ resistiria. A elite política tentaria corroer sua

⁶⁹ A epígrafe aqui colocada foi tirada da tese de doutoramento em Antropologia Social de Joana D’arc do Valle Bahia, *O tiro da Bruxa: identidade, magia, religião entre camponeses pomeranos no estado do Espírito Santo*.p.128.

⁷⁰ Arquivo Pedro Ernesto, PEB c 1934.01.82

⁷¹ Ver os jornais *Correio da Manhã* e *O Globo* entre os dias 04 e 10 de abril de 1935.

imagem detalhadamente lapidada. Seria chamado pelos jornais de grande tiragem de ‘comunista’, de ‘traidor dos ideais revolucionários’, ‘de eterno conspirador’, etc. Entre os populares sua imagem permaneceria quase intacta àquela geração que o conheceu. O trecho acima demonstra a luta em torno da permanência de uma memória específica: “vosso nome ficará como a pouco disse gravado para sempre em nossos corações”.

Cabe ressaltar que a ‘profecia auto-realizável’ dos jornais que apoiavam Pedro Ernesto se concretizaria; padre Olímpio de Melo que o sucederia, seria um político ‘não-carismático’ e cobrado pela população carioca sempre em comparação direta a Pedro Ernesto. Todos os prefeitos e interventores que sucederiam Pedro Ernesto durante o Estado Novo teriam de enfrentar as genuínas ‘marcas’ deixadas por sua administração como fantasmas a serem superados.

A estratégia de prender o prefeito eleito pode ser encarada a luz de hoje como um verdadeiro ‘tiro pela culatra’. A imagem do ‘mártir do povo’ logo seria edificada e contraposta ao poder central. Seria uma batalha simbólica de grande impacto por pelo dois anos: os anos de 1935 e 1936. Lembramos que o ano de 1937 é o momento do ‘golpe de estado’, portanto, as lutas em torno de imagens dos primeiros anos da década de 30, seriam arrefecidas pela ditadura.

A imagem do ‘mártir’ Pedro Ernesto se atrela a imagem de outro ‘mártir histórico’: Tiradentes. A seguir tentamos compreender a força deste ‘mito de origem’ republicano impressa nas tintas de artigos publicados entre os anos de 1935 e 1936, após a decretação de prisão do prefeito.

4.6 Tiradentes: A reinvenção do herói

Toda apropriação é uma representação do passado. Neste sentido, para dar sentido a uma ‘imagem’, os agentes históricos – mesmo sem dar-se conta – buscam ‘lógica’ em sua própria história para legitimarem suas escolhas. Certos personagens são permanentes, por sua recorrência representativa fora de seu tempo histórico. Como sugere Carvalho: “heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva”.⁷²

Os *topoi* lingüísticos se sustentam nessas repetições de idéias, portanto, a retórica é um recurso que tornado físico na voz, pode ser usado tanto a favor de Pedro

⁷² José Murilo de Carvalho, *A formação das Almas*, p.55.

Ernesto possibilitando a conciliação para com o mesmo, como a forjadura de um discurso ideológico contra seus adversários. O campo de batalha é explicitado na linguagem. A potência receptiva dos discursos se apóia no poder repetitivo da retórica. Como nos prova Ranciere a política está longe de ser um lugar de harmonia – com os homens se entendendo pelo bem comum –, a política é “conflito”, é “desentendimento”.⁷³ Esse é o caráter precário e contingente do universo político. O desentendimento marca a luta pela *palavra* pela *razão*, e que são cruciais ao jogo político. Nesse sentido “calar” o povo tem sido estratégia usada para tentar forjar um discurso “harmônico” que se pretende enquanto hegemônico e “portador” do “sentido proferido a uma época”. Mostraremos que a contingência histórica criou “desentendimento” até mesmo dentro do sistema ditatorial do Estado Novo – como veremos mais à frente. O “desentendimento” é visto como “válvula de escape” de memórias que não deixaram se aprisionar pelo discurso harmônico desejado pelo Estado.

A força mítica de Tiradentes como exemplo do maior mártir da nação por vezes vem a ‘assombrar’ homens em seus tempos. O jogo político normalmente é marcado pelas apropriações históricas. Tiradentes para além do ‘homem’ passa a ser um símbolo a ser disputado. O domínio do mito é o imaginário que se manifesta na tradição escrita e oral, na produção artística, nos rituais e na política. A formação do mito pode dar-se contra a evidência – Tiradentes não é um homem da elite – documental. O imaginário tem o poder de interpretar evidências segundo mecanismos simbólicos que lhe são próprios e que não se enquadram necessariamente na narrativa histórica.

Entre os anos de 1935 e 1936 cerca de 40 artigos identificados associam a imagem de Pedro Ernesto ao ‘fantasma mítico’ de Tiradentes. Nos artigos a comparação direta a Tiradentes se repete por 111 vezes, o que nos dá uma média de 2,77 apropriações a cada artigo defendendo o prefeito. Essa repetição nos chamou atenção durante a leitura documental e certamente ‘ela’ – a repetição – quase que nos ‘chamou’ a ser lembrada.

Tiradentes foi um mito construído em torno de um grande ‘cânone’ ocidental: a figura de Jesus Cristo. À morte de Pedro Ernesto em 1942 a imagem de mártir retornaria. Pedro Ernesto viria a morrer como vítima, como portador das dores de

⁷³ Ver Jacques Ranciere, *O Desentendimento: política e filosofia*.

seu povo. O sangue do mártir seria a força do povo, assim como o sangue de Tiradentes ‘fincou-se no solo brasileiro’ para trazer a República.

É importante lembrar que Pedro Ernesto operava sobre a população do Rio de Janeiro a ‘unidade mística’ dos cidadãos: o ‘grande operário’, ‘o grande coração’. O sentimento de participação, de união em torno de seus ideais eram fortificados por esses serem os ideais do povo. Pedro Ernesto era de pele ‘mestiça’ como o povo que o acolhia, ‘trabalhador’ como ‘seu povo’, e acima de tudo ‘honrado’. Apontava-se sobre a sua figura seu caráter ‘plebeu’, comparando-o diretamente com Tiradentes, humilde, popular, em contraste com o poder central. Os jornais destacavam o Vargas ‘ditador’, mesmo antes do golpe que estabeleceria o Estado Novo.

Finalmente como sugere-nos novamente Carvalho: “o segredo da vitalidade do herói talvez esteja, afinal, nessa ambigüidade, em sua assistência aos continuados esforços de esquiteamento de sua memória”. Essa quase sentença confirma mais uma de nossas hipóteses de álibi e de esperança. Por que esperança? Não é trabalho do historiador lembrar? O fato de Pedro Ernesto ter sido preso somente fez fortalecer sua imagem de político ‘para o povo’, ‘com o povo’ e principalmente: ‘como o povo’. Um povo de auto-imagem sofrida, constantemente relegado pelo ‘centro’. A história, lembraria Marx, sempre ocorre duas vezes. Primeiro como tragédia, depois como paródia/farsa.